1975 . 2025 50 Anos

PUBLICAÇÃO DE INFORMAÇÃO SINDICAL
131

JORNAL DO STAL

WWW.STAL.PT

OUTUBRO 2025

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS SÓCIOS

GREVE NACIONAL DA ADM. PÚBLICA | 24 DE OUTUBRO
MARCHA NACIONAL DA CGTP-IN | 8 DE NOVEMBRO

LUTA GERAL

CONTRA O "PACOTE LABORAL"

Os trabalhadores da Administração Pública, já este mês, e de todos os sectores, no próximo, avançam para uma luta comum contra aquele que é um dos maiores ataques feito aos nossos direitos através de uma "política de agressão" promovida pelo governo PSD/CDS (com o apoio da IL e CH). Adere e mobiliza. UNIDOS SOMOS MAIS FORTES!

PÁGINAS 10 E 15

ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

O NOSSO VOTO TEM FORÇA!

A nossa participação é essencial para afirmar um Poder Local assente em Serviços Públicos de qualidade, na valorização e defesa dos direitos dos trabalhadores das autarquias.

PÁGINAS 12 E 13

ENTREVISTA

Avançar nos direitos e condições de trabalho

Joaquim Sousa e Paulo Silva fazem um "ponto de situação" nos sectores dos resíduos urbanos e das águas.

PÁGINAS 2 E 3

PROGRAMA DO GOVERNO

Uma afronta à vida difícil dos portugueses

A política da coligação de direita é uma verdadeira "declaração de guerra" a quem trabalha e cria a riqueza, bem como a quem trabalhou e aos jovens.

PÁGINA 11

DOSSIER CARREIRAS

Regime devastador de direitos

Exemplos paradigmáticos da destruição das carreiras.

PÁGINAS 16 E 17

ENTREVISTA

JOAQUIM SOUSA E PAULO SILVA APELAM À MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DOS SECTORES DOS RESÍDUOS E DAS ÁGUAS CONTRA A EXPLORAÇÃO

Continuar a luta para se avançar nos direitos e nas condições de trabalho

Os dirigentes nacionais do STAL fazem um "ponto se situação" das respectivas áreas de intervenção, quando se intensifica a luta contra o "pacote laboral", e por mais direitos, melhores salários e condições de trabalho. Reconhecem que o contexto político actual é gravoso para os trabalhadores, mas são unânimes em considerar: "Sem luta nada se conquista!"

JOAQUIM SOUSA E PAULO SILVA

Joaquim Sousa e Paulo Silva reconhecem que o contexto laboral não é favorável aos trabalhadores, face às políticas contrárias às expectativas e justas reivindicações daqueles que são determinantes na criação de riqueza, mas cujos milhões vão parar aos "bolsos" dos accionistas, sobrando "migalhas" para os trabalhadores.

"No sector das águas agravou-se o ataque aos direitos fundamentais dos trabalhadores, bem como à sua qualidade de vida", frisa Paulo Silva, lembrando que as empresas que compõem o grupo Águas de Portugal (AdP) empregam cerca de três mil trabalhadores.

"A verdade é que – e estou no grupo há 20 anos – as condições são as que existiam inicialmente, nomeadamente os salários, que continuam estagnados, o que reflecte-se na vida dos trabalhadores, que garantem que tudo funcione, mas que, depois, não são valorizados devidamente", destaca o dirigente.

Exemplo desta degradação das condições de trabalho e remuneratórias é o *"nivelamento por baixo dos salários e dos direitos que as empresas do grupo AdP têm feito, quando havia três ou quatro que eram referências nessa matéria, e que deviam ser exemplo para as demais. Mas generalizaram-se as piores práticas do grupo, o que é, claramente, uma opção de gestão e das políticas dos sucessivos governos, cujo único objectivo é o lucro, ficando os trabalhadores para trás"*.

São disso exemplo *"a não contratação de trabalhadores, sobrecarregando os que existem; a baixa atractividade, porque o salário-base é de cerca de 970 €, isto para trabalhadores com elevada responsabilidade. Há 20 anos, a diferença para o salário mínimo era de 50%, ou de 75% em alguns casos, e hoje é de 5% ou 10%. E há trabalhadores com 20 anos de casa que ainda recebem quase o salário mínimo; e outros sem subsídio de transporte, retirado ao longo dos anos. E quanto aos poucos subsídios de piquete e disponibilidade que ainda existem, conquistados com muita luta, há uma diferença de valores no grupo. Por exemplo, um trabalhador que estiver de prevenção pode receber 2,30 € nalgumas empresas, enquanto noutras o valor-hora é 1,20 €, fazendo o mesmo. Vai das sortes..."*, conta, com ironia, Paulo Silva.

Descuradas são também as condições em que este serviço essencial é prestado: *"Os equipamentos estão, em muitos casos, completamente obsoletos, o que obriga os trabalhadores a fazerem autênticos milagres. E esta gestão, marcada pelo desinvestimento, cria condições para entregar este serviço público essencial aos privados"*, salienta, lembrando o que sucedeu a outros sectores estratégicos e a empresas cruciais para o País.

"A AdP, por se manter pública, é quase um milagre, e é muito apetecível para os privados, visto, na última década, ter dado cerca de 700 milhões de euros de lucros", frisa o dirigente, alertando para os sérios riscos da privatização do grupo: *"Que não tenhamos nenhuma espécie de dúvida: se não lutarmos, nós trabalhadores e as populações, um dia destes iremos pagar a água ao preço do ouro!"*

E nesta matéria, Paulo Silva lembra *"o que já acontece com algumas empresas privadas constituídas com a conivência das autarquias, que transferiram as responsabilidades deste serviço público para essas empre-*

EDITORIAL

sas, penalizando gravemente as populações, que assim deixaram de ter acesso a este bem essencial a preços justos e conforme os seus rendimentos". O dirigente frisa ainda que, *"com estas negociatas, a água passou de um bem essencial a uma fonte de riqueza de alguns privados", acrescentando também que "é importante valorizar a reversão destas empresas para a gestão pública".* Quanto às prioridades do STAL para os próximos tempos, Paulo Silva enuncia *"a continuação da luta pela revisão do ACT, porque a tabela salarial não faz sentido e os conteúdos funcionais têm de ser revistos; pela atribuição do Subsídio de Insalubridade, Penosidade e Risco; do reforço do contacto e esclarecimento dos trabalhadores, nomeadamente num grupo que mais depressa gasta num gabinete de comunicação ou jurídico do que na valorização de um trabalhador".* E deixa uma certeza: "*Não será pelo cansaço que nos vão vencer!"*

> *"Que não tenhamos nenhuma espécie de dúvida: se não lutarmos, nós trabalhadores e as populações, um dia destes iremos pagar a água ao preço do ouro!"*
>
> **PAULO SILVA**

> *"Os trabalhadores dos resíduos são desvalorizados, explorados e os seus direitos não são respeitados, o que é inaceitável, mais ainda num sector que gera milhões de euros de lucros"*
>
> **JOAQUIM SOUSA**

SECTOR DOS RESÍDUOS BAIXOS SALÁRIOS, PRECARIEDADE E HORÁRIOS DESREGULADOS

E se a água é, ainda, um sector maioritariamente público, já os resíduos, outro serviço essencial, foi, em 2014, entregue aos privados (pelo governo PSD-CDS/*troika*, de Passos Coelho e Paulo Portas), com as consequências gravosas que se bem conhece.

Igualmente marcado pela exploração e pelo desinvestimento nas condições laborais, o sector dos resíduos é dominado pela EGF (Mota-Engil), que os recolhe "*em mais de 60% dos municípios, através das suas 11 empresas, empregando cerca de 4000 trabalhadores"*, esclarece o dirigente, sublinhando que, *"infelizmente, há cada vez menos municípios a assumir este serviço essencial, antes pelo contrário, têm-se descartado dessa responsabilidade"*.

Em ano de eleições autárquicas, Joaquim Sousa reforça a crítica a esta postura de desresponsabilização de muitos autarcas: *"Aquilo que deu protagonismo aos autarcas foi o excelente trabalho que o Poder Local fez no pós-25 de Abril, foi fazer chegar água e saneamento às pessoas, os arruamentos e a recolha dos resíduos… Hoje, parece que os autarcas não sabem gerir e que isto é uma 'carga de trabalhos', sendo mais fácil entregar o serviço aos privados."* E dá o exemplo recente do Município de Famalicão, que *"aprovou um concurso de recolha e higiene urbana, de mais de 30 milhões de euros, a uma multinacional espanhola".*

As consequências estão à vista: *"Como a concorrência é grande, as empresas apresentam preços baixos para ganhar concursos, e fazem-no à custa da exploração dos trabalhadores, pagando salários de miséria, com muita precariedade e horários de 40 ou mais horas. O salário geral é o mínimo nacional; em muitos casos não recebem o subsídio de refeição nem o de turno, e trabalham sete dias por semana. As empresas aproveitam-se da fragilidade das pessoas, nomeadamente dos imigrantes, para as explorar. E estes são trabalhadores importantes na nossa sociedade, e têm de ser reconhecidos e valorizados."*

Esta realidade coloca novos desafios, como reconhece Joaquim Sousa: *"É preciso chegar a esses trabalhadores, para os esclarecer, mobilizar, para ganharem consciência sindical, apesar da barreira da Língua."* Daí que o STAL já traduza os seus comunicados para inglês e reforçou o contacto: *"Sentimos a disponibilidade destes trabalhadores à nossa abordagem, estão conscientes do papel dos sindicatos, muitos têm consciência de classe e sabem que têm direitos, e o STAL tem procurado enquadrá-los na luta geral pelos direitos de todos os trabalhadores."*

Adiantando, ainda, que alguns são sindicalizados, o dirigente dá o exemplo da luta na Resinorte, em que *"trabalhadores imigrantes participaram na greve e integraram o piquete de greve à porta da empresa"*. Mas reconhece que *"há um caminho grande a percorrer, porque são cada vez mais os trabalhadores imigrantes nas empresas privadas, particularmente de higiene urbana e do sector de resíduos em baixa, situação para a qual o STAL está atento e mobilizado".*

E é neste quadro de reforço do contacto, esclarecimento e sindicalização dos trabalhadores dos sistemas de Resíduos e Higiene Urbana que o STAL promove a campanha "Circuito Nacional dos Resíduos", que percorre o País até Novembro [ver pág. 24]. *"O objectivo* – explica Joaquim Sousa – *é reforçar a estrutura sindical e a sindicalização, e de chamar a atenção para a importância deste trabalho e destes trabalhadores, essenciais para garantir um serviço essencial e de Saúde Pública às populações, e que, na sua maioria, são desvalorizados, explorados e os seus direitos não são respeitados, o que é inaceitável, mais ainda num sector que gera milhões de euros de lucros."*

E apesar deste contexto político e de gestão gravosos para os interesses dos trabalhadores, Joaquim Sousa sublinha: *"Só com a nossa unidade e determinação é que conseguiremos avançar nos direitos; a luta é o caminho que temos de continuar a seguir!"* ■

É sempre tempo de lutar!

É tempo de travar o assalto aos nossos direitos, exigir outro rumo para o País e o direito a viver com dignidade!

Em 18 de Maio, o PSD e CDS voltaram a vencer as eleições e a direita saiu reforçada, com 157 deputados em 230 (88 da AD, 60 do CH e 9 da IL). O PS, que embora afirmando-se de esquerda "põe sempre a mão por baixo" da política de direita, elegeu 58.

Bastaram quatro meses para que o programa da AD (despido dos artifícios eleitoralistas que antecederam as Legislativas) evidenciasse, nu e cru, o maior ataque pós-25 de Abril aos direitos dos trabalhadores, aos Serviços Públicos, às Funções Sociais do Estado, ao Povo, ao País e à Constituição!

A vida de quem trabalha e trabalhou é cada vez mais difícil, agravando-se as profundas desigualdades sociais. O aumento do custo de vida coloca quem vive do seu trabalho no limiar da pobreza ou à sua beirinha, mas o capital acumula, diariamente, lucros aos milhões.

O ataque em curso – aos direitos laborais, à Saúde, à Educação, à Protecção Social e à Habitação – procura fragilizar o trabalho e os trabalhadores e abrir novas áreas de negócio ao capital, para aumentar a exploração e fazer crescer os lucros.

Ao contrário do que é possível e necessário, o Governo, por um lado, mantém os acordos assinados na concertação social com UGT e patrões, que limitam o aumento dos salários e mantêm a contratação colectiva refém da chantagem patronal, e, por outro, apresenta um anteprojecto de alterações à legislação laboral que representa um enorme retrocesso nos direitos dos trabalhadores.

O "pacote laboral" do governo PSD/CDS é uma encomenda do capital e tem o acordo, no essencial, do CH e da IL. É um ataque concertado aos direitos e contém propostas que visam a perpetuação e agravamento dos baixos salários; promovem, ainda mais, a desregulação dos horários; multiplicam os motivos e alargam os prazos para os vínculos precários; facilitam os despedimentos e limitam a defesa e reintegração dos trabalhadores; atacam os direitos de maternidade e paternidade; facilitam a caducidade da contratação colectiva; põem em causa o princípio do tratamento mais favorável em mais matérias; promovem a destruição da contratação colectiva; atacam a liberdade sindical e o direito de greve e, não tenhamos dúvidas, não pretenderão deixar de fora os trabalhadores da Administração Pública!

Hoje é mais fácil de perceber que muitos de nós, trabalhadores e reformados, votámos enganados em 18 de Maio! Corrija-se o engano lutando em cada local de trabalho e na rua contra o "pacote laboral", por melhores condições de trabalho e de vida! Corrija-se o engano já nos próximos actos eleitorais: Autárquicas (12 de Outubro) e Presidenciais (Janeiro 2026). ■

OPINIÃO

MARIANA VIOLANTE

O que tenho eu a ver com isso?

Em momentos como os que vivemos, todos os trabalhadores têm de contribuir para soluções de Paz e de Justiça. Todos temos um papel a desempenhar para que os nossos líderes percebam que a nossa força é o que fará avançar o Mundo e parar as guerras.

Por vezes, em plenários ou numa reunião sindical, "paira no ar" uma pergunta: o que isso tem a ver com os trabalhadores? Ultimamente, essa questão tem surgido, aqui e ali, ao abordar-se a questão da guerra.

Há um genocídio a decorrer na Palestina: o que os trabalhadores têm a ver com isso? Tudo! Se os trabalhadores tudo produzem, também eles tudo podem parar. Podem parar de fazer os componentes que constituem uma arma; as escavadoras que destroem casas e estradas; de colocar em barcos as cargas de mísseis que cairão sobre corpos inocentes; ou impedir os caças de chegar ao seu destino.

Podem também organizar caravanas solidárias com bens essenciais que cheguem às vítimas. Comida em vez de balas, protecção em vez de bombardeamentos.

Quando a Ucrânia foi invadida pela Rússia, ninguém em Portugal foi mais rápido a recolher, organizar e expedir cargas solidárias para aquele território do que os trabalhadores das autarquias, que se organizaram com determinação. Esse é o poder dos trabalhadores unidos e organizados.

Alguns já se vão esquecendo de quão devastadora foi a última vez que povos inteiros decidiram cumprir ordens sem fazer perguntas. Da última vez que os trabalhadores foram convencidos a fazer "o seu trabalhinho" sem levantar questões ao patrão e ao chefe de Estado, porque o assunto não era com eles, o nosso continente ia sendo completamente devastado. E a vida de mais de seis milhões de judeus foi ceifada pela ideologia e barbárie nazi.

Foi por isso que, quando parámos com os horrores, os que não morreram na guerra ou da imensa vergonha colectiva, decidimos dizer em uníssono: "Nunca mais!"

O PODER DO COLECTIVO

Foi por isso que criámos a Declaração Universal dos Direitos Humanos, porque percebemos haver limites que não podem ser ultrapassados, os limites da dignidade humana que colocam no papel o que devia ser óbvio para todos, sempre: os seres humanos são iguais em direitos, independentemente do lugar onde nasceram, que religião professam ou da sua cor de pele. Tudo o que fazemos contribui para a sociedade em que vivemos. O nosso trabalho constrói a gente que somos. E a luta dos trabalhadores, por si e por todos, define políticas, informa as decisões de quem está no topo.

Os Direitos Humanos são o "cimento" da nossa sociedade. São o que nos garante que ninguém é acusado sem provas ou despedido sem justa causa; que cada um pode dizer o que pensa ou formar uma família; que nenhuma criança pode ir para a cama sem comer; que nenhum povo pode ser colectivamente punido pelas decisões do seu líder.

Quando cedemos num direito, cedemos em todos. Quando continuamos a ir trabalhar normalmente sem nos preocuparmos com quem diga que vai "limpar" bairros inteiros – o País –, voltamos a deixar-nos separar, em vez de nos unirmos. Quando deixamos déspotas perseguir, maltratar, raptar pessoas que apenas procuram uma vida melhor, demitimo-nos da nossa humanidade. Tal como prescindimos dela quando seguimos com a nossa vida enquanto um genocídio tem lugar seja em que parte do Mundo for, como na Palestina, promovido por Israel.

Em momentos como os que vivemos, todos os trabalhadores têm de contribuir para soluções de Paz e de Justiça. Todos temos um papel a desempenhar para que os nossos líderes percebam que a nossa força é o que fará avançar o Mundo e parar as guerras. Temos esse poder. E é por isso que todos e cada trabalhador tem tudo a ver com a guerra. ■

Foram-se todos “para a terra deles”!

Perante tal catástrofe irresponsável, há já quem fale em novas eleições, que o Povo irá varrer do poder toda a “ganga” da direita e da extrema-direita que, falando em “limpar” Portugal, o atolou no lodo e o afundou na miséria.

LUÍS CORCEIRO
ADVOGADO

A partir das zero horas deixaram de existir imigrantes em Portugal! Os últimos voos deixaram os aeroportos do Porto, Faro e Lisboa em direcção ao Rio de Janeiro, Luanda, cidade da Praia, Londres e Nova Deli, as capitais das cinco nacionalidades mais representativas de imigrantes que povoaram o País. Um minuto antes das zero horas, a família nepalesa de Tanka Sapkota – dono e *chef* dos restaurantes lisboetas de renome “Come Prima”, “Forno d’Oro”, “Il Mercato” e “Casa Nepalesa”, o mesmo que descobriu, contra tudo e todos, que Portugal também produz trufas, o ouro da alta cozinha – deixou a fronteira de Vilar Formoso, com família e amigos, em direcção a Itália, país que o acolheu antes de escolher Portugal.

A AIMA declara-se aliviada, sentimento transversal aos serviços da Autoridade Tributária, da Segurança Social, dos Registos e Notariado, dos tribunais administrativos e das autarquias, que agora se podem ocupar só dos nacionais. Todos respiram fundo, e os primeiros funcionários públicos são dispensados. O País vê-se, finalmente, livre dos cerca de 1,5 milhões de imigrantes. Num ápice, 15% da população desapareceu.

Os dirigentes políticos da direita radical, encartados populistas de papelão, multiplicam-se em declarações de regozijo, entre a euforia e gritos de vitória. Foi uma “limpeza” exemplar! Exultam a incapacidade da Suíça (31,2% de imigrantes) e do Luxemburgo (51,2%) para fazerem o mesmo, ainda que, neste pequeno país, tal medida atingisse os portugueses, 20% dos habitantes.

TRABALHOS SUJOS, DESAGRADÁVEIS, PESADOS E MALCHEIROSOS

Lisboa (-432 mil imigrantes), Faro (-125 mil), Setúbal (-106 mil) e Porto (-97 mil) são os distritos mais despovoados. Contudo, manteve-se a falta de oferta em habitação para jovens casais e estudantes a preços comportáveis, porque as habitações desocupadas, em regra precárias, não entraram no mercado da oferta. Acabou a extorsão por um “buraco” para dormir.

Mas as cidades respiram, quase sem TVDE nem estafetas de entregas de mil imigrantes a acotovelarem-se nas ruas, nem transportes públicos dos subúrbios apinhados de imigrantes a caminho do trabalho. Finalmente, postos de trabalho libertados para os nacionais, disseram uns e pensaram outros.

Logo pela manhã, espalham-se notícias alarmantes. São afixados anúncios de “aceitam-se empregados”… que não aparecem. Nas caixas dos supermercados fazem-se filas e as reposições não acompanham o consumo, com prateleiras vazias porque nos centros de logística os camiões ficaram parados.

Nos aeroportos não há quem movimente as bagagens. Mas o melhor dos impactos sente-se na construção civil e obras públicas. Os empreiteiros procuram, em vão, pessoal capaz e disponível, que não há. O mesmo nos restaurantes, que fecharam portas, e em lojas dos centros comerciais, sem pessoal para os turnos. A “bazuca” do PRR está nas lonas.

Nas limpezas, os salários-hora triplicaram, mas não há quem as faça. Nalguns hotéis são os hóspedes que fazem as camas, e nos cafés e restaurantes ainda abertos não há serviço de mesa. Os nacionais, “puros” e “impuros”, têm que fazer de tudo: trabalhos sujos, desagradáveis, pesados, monótonos e malcheirosos…

PORTUGAL SEM PESSOAS E SEM FUTURO

Entretanto, as confederações patronais (CIP, CCP e CAP) começaram a movimentar-se, havendo centenas de empresas em risco súbito de insolvência, e campos de cultivo e estufas em vias de desaparecerem por falta de trabalhadores.

Fala-se numa reunião de crise de emergência para atalhar ao iminente défice alimentar, ao descalabro da economia e ao inevitável encerramento de unidades de saúde, dependentes de imigrantes.

A improvisação e a típica falta de planeamento latina – que nem os mais avisados e cultos imigrantes especializados agora expulsos conseguiram contrariar – confirmam as piores previsões: redução drástica das contribuições para a Segurança Social(1) e queda na arrecadação de impostos. Dão-se conta agora que os imigrantes trabalham e geraram cerca de 13 mil milhões de euros de riqueza (PIB), contribuindo com 116 milhões de euros em IVA em 2022. Tal quebra da receita fiscal irá ter de implicar, fala-se, uma revisão do Orçamento do Estado para aumento de impostos.

Prevê-se ainda uma acentuada quebra da procura interna e correspondente inflação de preços ao consumidor. No presente contexto, CIP, CCP e CAP insistem na redução de salários. O Governo, como sempre o fez, equaciona de novo cortes em pensões, prestações sociais e demais “gorduras” habituais. A riqueza a distribuir ficou bem menor, e os ricos ficam mais ricos e os pobres mais pobres.

Pior que tudo, a nossa demografia colapsou: perda de 1 em cada 7 pessoas; quebra de 20% da natalidade; idade média da população disparou para mais de 50 anos; declínio da população a ponto de, em 15 anos, não haver trabalhadores para garantir a viabilidade do País. Jovens casais fazem as malas e emigram. A prazo, um Portugal sem pessoas e sem futuro.

Perante tal catástrofe irresponsável, há já quem fale em novas eleições, que o Povo irá varrer do poder toda a “ganga” da direita e da extrema-direita que, querendo “limpar” Portugal, o atolou no lodo e o afundou na miséria.

Surge um grito: inscrever na Constituição o direito a não emigrar, isto é, a cada um ter as condições para permanecer na sua própria terra. ■

> *“Nem sinais de negro, nem vestígios de ódio. Água (quase tudo) e cloreto de sódio.”*
>
> *“LÁGRIMA DE PRETA”, DE ANTÓNIO GEDEÃO*

> *«Os povos da fome dirigem-se hoje, de modo dramático, aos povos da opulência»*
>
> *«OS POVOS DA FOME DIRIGEM-SE HOJE, DE MODO DRAMÁTICO, AOS POVOS DA OPULÊNCIA»*

(1) Para 2024, estimar-se-ia uma perda de 3645 milhões de euros em contribuições para a Segurança Social que os imigrantes teriam deixado de pagar, com um saldo líquido positivo de 2958 milhões de euros.

CONSULTÓRIO JURÍDICO

JOSÉ TORRES
JURISTA

TRABALHO EM REGIME DE "PIQUETES"

Um logro que exige justa compensação

A prestação de trabalho sob este regime é um processo inqualificável porque não lhe está conferido qualquer subsídio compensatório.

Referimo-nos a actividades funcionais cujos trabalhadores são obrigados, pelas entidades empregadoras, a manter contacto, nos seus tempos livres, para acorrerem a situações urgentes, como rupturas de canalizações e outros problemas ligados ao fornecimento de água.

Para esse efeito, as autarquias procedem à organização desses piquetes, com os trabalhadores que entendem necessários, fornecendo-lhes, por norma, telemóveis, afim de ocorrerem à prestação de serviço de natureza urgente, ainda que nem sempre se demonstre claramente essa necessidade.

O problema maior é que esse tempo de espera não é remunerado, porque não existe nenhuma regulamentação desse tipo de disponibilidade para o trabalho, o que, do ponto de vista estritamente jurídico, é uma lamentável realidade!

Esta inqualificável lacuna decorre da ausência de regulamentação de princípios legais, há muito fixados, mas que não passaram de pura teoria, sem a sua adequada concretização.

A propósito desses princípios, recordamos o art.º 19.º, do DL 184/89, de 2 de Junho, fixando o tipo de suplementos atribuíveis, mas susceptíveis de futura regulamentação, entre os quais figuram os decorrentes de regimes especiais de prestação de trabalho.

Essa disponibilidade constitui, de facto, um regime especial de prestação de trabalho, já que, na prática, é limitado aos trabalhadores o gozo pleno dos seus tempos livres, sempre sob a hipótese de verem interrompidos esses tempos de lazer e convívio familiar. E tem de ser compensada, sob pena de continuar a subverter-se a dignidade das condições de trabalho, consagrada no ar.º 59.º da Constituição.

Note-se que a obrigatoriedade deste regime especial está fortemente condicionada pela lei, considerando que o próprio Código do Trabalho, no art.º 199.º-A, determina que "o empregador tem o dever de se abster de contactar o trabalhador no período de descanso, ressalvadas as situações de força maior".

REGIME ESPECIAL INDIGNO

Admite-se a necessidade de acorrer a determinadas situações urgentes (serviços essenciais), como, por exemplo, o fornecimento de água. O que é inadmissível é que se imponham piquetes como uma nova espécie de modalidade de horário de trabalho sem se cuidar, previamente, da organização do trabalho noutros moldes, nomeadamente mediante uma adequada organização de horários por turnos rotativos.

O que não se pode aceitar é a persistência dos "piquetes" sem a devida compensação, como o STAL há muito reivindica.

Esta lacuna regulamentar agrava, cada vez mais, a situação actual, pelo que os trabalhadores devem exigir que a sua colocação neste regime apenas se processe em condições absolutamente excepcionais, solicitando o apoio do STAL para uma avaliação concreta da situação.

Entretanto, urgem soluções compatíveis com a justa compensação deste regime, competindo também aos autarcas exigir a regulamentação que alguns lamentam não existir, mas que nada fazem para a sua concretização.

De facto, é inconcebível que se imponham obrigações desta natureza aos trabalhadores e persista a indignidade de um regime de disponibilidade para o trabalho sem retribuição. ■

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO: PERGUNTAS & RESPOSTAS

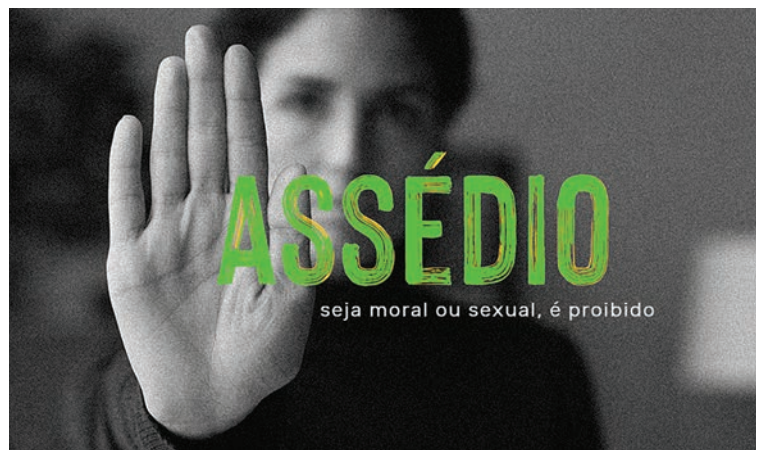
Assédio laboral: o que é e como actuar

Em Portugal, é uma prática proibida, constituindo uma contraordenação muito grave, sem prejuízo da eventual responsabilidade penal prevista no art. 29.º, do Código do Trabalho.

O assédio é a prática que os trabalhadores conhecem como "repressão", "tortura psicológica" e "pressão". Pode também adoptar a forma de assédio sexual, quando os comportamentos indesejados se revestem de carácter sexual e tornam-se ofensivos.

Em que consiste?

O assédio consiste no comportamento indesejado e discriminatório praticado pela hierarquia ou colega, com o objectivo ou efeito de perturbar ou constranger a pessoa, afectar a sua dignidade, ou de lhe criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador. Esse comportamento deve ser continuado e persecutório, resultar da debilidade ou desvantagem do trabalhador e procurar atingir a dignidade do trabalhador, nomeadamente ridicularizá-los, retirar-lhes tarefas, ralhar e insultar continuamente, discriminar face aos colegas ou penalizar e castigar sem cobertura legal.



Quais as consequências?

Os efeitos do assédio são psicologicamente devastadores, causando crises de choro, episódios depressivos, sentimento de inutilidade, pensamentos suicidas ou de vingança, apatia, perturbações de sono e irritabilidade. Pode destruir a vida laboral, familiar e social dos trabalhadores.

Ao nível físico, pode manifestar-se por via de dores generalizadas, palpitações, tremores, insónias ou sonolência excessiva, aumento da pressão arterial, dores de cabeça, perda de apetite, distúrbios digestivos, tonturas, dificuldade em respirar e perda de memória.

Como actuar?

Se sofre ou conhece alguém que sofra assédio deve comunicar ao STAL para, conjuntamente, avaliar-se a situação. Deve, também, fazer um registo, por exemplo, em agenda, das situações que lhe causaram constrangimentos e se há testemunhas. Sempre que possível, recolha provas, fundamentais para justificar queixas e pedidos de intervenção. Os serviços de Segurança e Saúde no Trabalho e o empregador devem ser informados e co-responsabilizados, por ser seu dever fazer cumprir a lei. Pode-se, ainda, apresentar queixa à Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego, à Autoridade para as Condições no Trabalho e até recorrer ao tribunal. O assédio, a perseguição e a repressão são inaceitáveis e não podem existir! ■

Desfile comemorativo do 25 de Abril, este ano, na Av. Liberdade, em Lisboa.

CRP – Artigo 235.º
AUTARQUIAS LOCAIS
1. A organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais.
2. As autarquias locais são pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas.

PODER LOCAL DEMOCRÁTICO

Uma das mais importantes conquistas da Revolução de Abril

A importância do Poder Local é inquestionável, tal como é insubstituível o seu papel na resolução de problemas concretos das populações e nos progressos verificados nas regiões e, consequentemente, no País.

Há muitas formas de o celebrar e defender. Uma delas é poder escolher, através do voto – outra conquista de Abril – os homens e mulheres que têm a responsabilidade de gerir os destinos dos municípios e freguesias. Escolha que é duplamente importante para os trabalhadores das autarquias, que têm a oportunidade de eleger quem valoriza o seu trabalho, quem se preocupa com as condições em que o mesmo é exercido, quem os acompanha nas suas lutas.

A importância do Poder Local é inquestionável e o seu papel insubstituível na resolução de problemas concretos das populações e nos progressos verificados nas regiões e, consequentemente, no País. Caso não houvesse outros exemplos, isto ficou evidente no combate à pandemia.

A história do Poder Local, cujo edifício constitucional continua por cumprir, com a instituição das Regiões Administrativas, tem sido balizada pelo comportamento do Poder Central relativamente a uma palavra-chave: autonomia.

A recuperação de parcelas da autonomia local alcançada nos últimos anos contrasta com opções contrárias de sucessivos governos, de que são exemplos recentes (1) o processo de transferência de competências, que agrava as dificuldades financeiras e põe em causa Funções Sociais do Estado, como a Saúde e a Educação; (2) o condicionamento da reposição das freguesias extintas, tendo a luta das populações obrigado a repor 302, que voltarão assim a poder eleger os respectivos órgãos; e (3) a persistência de um modelo de subfinanciamento que compromete a justa repartição dos recursos públicos, como estabelece a Constituição, e condiciona a resolução dos problemas das populações, função política prioritária do Poder Local.

Para o STAL, sempre foi muito claro que a defesa dos direitos dos trabalhadores, a melhoria das suas condições de trabalho e de vida, e o reforço do Poder Local que emergiu com Abril são duas faces da mesma moeda. Ou seja, só com trabalhadores valorizados e dignificados nos salários e profissões, e um Poder Local participado, plural, colegial e democrático, dotado de condições e meios (financeiros, organizacionais, técnicos e humanos), ao pleno exercício das suas atribuições e competências, será possível responder às aspirações das populações, assegurar a defesa e melhoria do serviço público municipal e promover o desenvolvimento económico, social e ambiental de concelhos e freguesias.

CUMPRIR O PODER LOCAL, CONCRETIZAR A REGIONALIZAÇÃO

A criação das Regiões Administrativas, constitucionalmente consagradas desde 1976 e parte integrante do Poder Local, continua por cumprir. Apesar das mais elogiosas referências, inclusive dos que a elas têm-se oposto, do seu significado e importância para uma descentralização efectiva e para a racionalização da administração do Estado e dos seus serviços, as opções políticas têm sido sempre as de obstaculizar e afastar a sua implementação.

Assim foi com a subordinação da instituição em concreto das regiões à realização obrigatória de um referendo, deliberadamente "armadilhado", resultado da cedência do PS/Guterres ao PSD/Marcelo (e ao CDS). Assim foi com a criação e o reforço das Comunidades Intermunicipais, entidades sem legitimidade democrática e que não são solução, e com o acordo entre o PS e o PSD para a distribuição dos lugares pelos candidatos únicos de cada partido à presidência das CCDR, com o beneplácito do ainda Presidente da República, num quadro em que as políticas regionais continuam dependentes da aprovação do Estado. Sem regiões, o que temos é mais centralismo, o fomentar da polémica sobre o mapa das regiões e dos falsos e conhecidos argumentos anti-regionalização, a instrumentalização governamental dos fundos comunitários e o agravamento das assimetrias.

Como o STAL tem reafirmado, não há Descentralização sem Regionalização, e quem afirma o contrário ilude as populações! As regiões administrativas, inseparáveis do cumprimento da Constituição, construídas com a participação dos eleitos locais, populações e trabalhadores, são um poderoso instrumento democrático para dar combate às assimetrias regionais. E são, igualmente, um factor indispensável para o reforço da vida democrática e da autonomia local, e para melhorar a prestação de Serviços Públicos, no fundo, para a construção de uma vida melhor e um País mais justo. ■

EM LUTA

Os trabalhadores deram uma forte resposta ao que o Governo, que cheira a "troika", nos quer fazer.

LUTA NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E SECTOR EMPRESARIAL POR MELHORES SALÁRIOS, MAIS DIREITOS E UMA VIDA DIGNA

Milhares de trabalhadores protestaram contra as "velhas" políticas do "novo" Governo

A forte unidade e determinação dos trabalhadores em prosseguir e intensificar a luta ficaram bem patentes na adesão ao protesto nacional promovido pelo STAL em 27 de Junho, entre o Largo Camões e a Assembleia da República, para exigir medidas que façam face à dura realidade com que a generalidade está confrontada.

O descontentamento contra as "velhas" políticas do governo PSD/CDS (cujo programa foi discutido no Parlamento por via da moção de rejeição do PCP, que votou contra, tal como BE e Livre, e aprovado com o apoio da IL, CH e PS, e abstenção do PAN) mobilizou, em 27 de Junho, cerca de 3000 trabalhadores, de todas as regiões e sectores da Administração Local, a que se somaram os milhares que, em locais de trabalhado por todo o País, fizeram greve neste dia.

A presidente do STAL (Cristina Torres) destaca que os trabalhadores da Administração Local *"deram uma forte resposta àquilo que este governo, que cheira muito a troika, aparentemente nos quer fazer, exigindo o aumento dos salários para fazer face ao custo de vida, que é insuportável"*, reafirmando *"serem necessárias soluções para os seus problemas concretos"*.

A dirigente acrescenta que, *"embora não pareça que este Governo esteja com muita vontade para resolver os problemas já denunciados pelo STAL, vai ter que o fazer porque os trabalhadores a isso o vão obrigar"*, afirmando ainda Cristina Torres que os trabalhadores demonstraram, mais uma vez, *"toda a sua força e firmeza para resistir ao 'ataque' aos seus direitos, que consta do programa do Governo"*.

Perante esta resistência e determinação, a presidente do STAL não duvida que *"este governo tem que se sentar à mesa e negociar com os sindicatos da Frente*

COMBATER A "VIRAGEM À DIREITA"

Dias antes deste desfile reivindicativo, A Voz do Operário, em Lisboa, acolheu (em 11 de Junho) o Plenário Nacional do STAL, que reuniu cerca de meio milhar de activistas, delegados e dirigentes sindicais. O encontro, que serviu também de mobilização para a acção de luta de 27 de Junho, teve por objectivo analisar a actualidade político-sindical no País – nomeadamente o novo quadro parlamentar saído das eleições de 18 de Maio –, bem como os principais problemas que afectam os trabalhadores da Administração Local e sector empresarial – designadamente os baixos salários, a falta de condições de trabalho dignas, os ataques à liberdade do exercício sindical e a precariedade laboral –, e reafirmar os princípios orientadores da acção reivindicativa do Sindicato.

Das diversas intervenções, destaque para a da presidente do STAL (Cristina Torres), que salientou os aspectos negativos da "viragem à direita" com o reforço dos partidos mais reaccionários e de extrema-direita, por "não responder aos interesses dos trabalhadores e do País", e ao facto de termos "um novo Governo, mas com velhas políticas".

Ainda no plenário aprovaram-se, por unanimidade, duas moções, apelando à Paz e ao fim das guerras, e em apoio da Palestina e do seu povo.

EM LUTA

Plenário Nacional do STAL, na Voz do Operário (Lisboa).

Frente Comum em defesa dos Serviços Públicos.

Melhores salários é uma das exigências dos trabalhadores.

Comum, nomeadamente o STAL, para encontrar soluções para os problemas dos trabalhadores", frisando, ainda, que *"a grande adesão a esta acção de luta dá-nos alento para prosseguir e intensificar a luta"*, designadamente, pelo aumento dos salários; melhores condições de trabalho e de vida; um SPI mais abrangente, actualizado e com o factor Risco; correcção real da TRU; regulamentação dos suplementos de disponibilidade e piquete; revogação do SIADAP; valorização de todas as carreiras e profissões; identificação e regulamentação das profissões de desgaste rápido; e o reforço dos Serviços Públicos e das Funções Sociais do Estado.

ATAQUE AOS DIREITOS E BAIXOS SALÁRIOS

O secretário-geral da CGTP-IN (Tiago Oliveira), por seu lado, partilhou a solidariedade dos demais trabalhadores portugueses, destacando *"o forte sentido de justiça e de indignação"* dos milhares que protestaram junto da Assembleia da República, numa acção de luta que começou no Largo Camões e percorreu algumas artérias de Lisboa.

Sobre o programa de Governo e o "pacote laboral", o dirigente considera que *"o momento é de resistência e de combate contra este verdadeiro ataque aos direitos de trabalhadores – nomeadamente o direito à greve, uma conquista de Abril e da luta dos trabalhadores – e contra a perpetuação dos baixos salários; basta olhar para aquilo que é realidade deste sector, em que, dos 140 mil trabalhadores, praticamente metade leva para casa o Salário Mínimo Nacional."*

Tiago Oliveira destaca, também, que em vez de aumentar os salários, o governo PSD/CDS prefere avançar com o pagamento dos subsídios de Natal e de férias em duodécimos, explicando que *"faz isto porque sabe que os salários são baixos, e não querem, de forma nenhuma, promover uma justa distribuição da riqueza por aqueles que a produzem"*.

"*Por isso* – frisa, ainda, o dirigente da Intersindical –, *temos que continuar a luta pela actualização dos salários, pela dignificação de quem trabalha, por uma política diferente de valorização dos trabalhadores."* ■

Com toda a nossa força e firmeza, iremos resistir ao 'ataque' aos nossos direitos fundamentais.

"SERVIÇOS PÚBLICOS NÃO SÃO MERCADORIA!"

A luta prossegue também, de forma mais abrangente, na Administração Pública, cujos trabalhadores viram as suas reivindicações serem reafirmadas na "Marcha Serviços Públicos –– Não São Mercadoria!", promovida pela Frente Comum em 17 de Julho, entre o Jardim da Estrela e a residência oficial do Primeiro Ministro, em Lisboa.

O coordenador da Frente Comum (Sebastião Santana) não hesita em considerar o programa deste "novo" Governo da coligação de direita como *"um dos piores desde que vivemos em democracia"*, sublinhando que *"é muito mau para o País e péssimo para os trabalhadores da Administração Pública"*.

O dirigente reafirmou que *"os Serviços Públicos são mesmo para reforçar e os salários são mesmo para aumentar"*, e que a unidade e a força dos trabalhadores são a resposta ao que considera ser o objectivo do governo PSD/CDS: *"Dividir para reinar, individualizando as relações de trabalho."*

"Com o argumento de 'resolver problemas', o que o Governo pretende, na prática, é uma desresponsabilização do Estado, em sectores como a Saúde e a Educação, entre outros, assumindo que o privado deve reforçar-se, ainda mais, no Serviço Nacional de Saúde e instalar-se, em força, na Escola Pública", afirma Sebastião Santana, alertando que, *"na verdade, trata-se de transferir avultados recursos financeiros para privados, alguns deles de grandes grupos económicos, retirando esses meios aos Serviços Públicos, onde deviam estar alocados"*.

A esse propósito, lembrou que o *"Governo comprometeu-se em aumentar a despesa com a Defesa e armamento em mil milhões de euros já este ano, valor que permitiria um aumento salarial de 95 € a todos os trabalhadores"*, frisando, ainda, que *"o Governo quer continuar a desperdiçar recursos em favor da guerra, e poder chegar aos 5% de toda a riqueza produzida nos próximos anos"*.

PRC2026

FRENTE COMUM ENTREGA "PROPOSTA REIVINDICATIVA COMUM" PARA 2026 AO GOVERNO, COM ACÇÃO DE LUTA EM LISBOA

Trabalhadores da Administração Pública vão avançar para uma greve nacional no dia 24 de Outubro

No dia em que entregou a "PRC2026" ao governo PSD/CDS (apoiado pela IL e CH), a Frente Comum convocou a acção de luta. Condenando os ataques que se verificam à negociação colectiva e ao exercício dos direitos sindicais, em particular os da greve e da actividade sindical, a Frente Comum intensifica o combate pelas reivindicações e pela resposta positiva às propostas entregues.

Em 25 de Setembro, numa concentração em frente ao Ministério das Finanças (em Lisboa), que contou com dezenas de activistas, delegados e dirigentes sindicais – com destaque para a forte presença do STAL –, a Frente Comum entregou ao Governo o documento com as principais exigências dos trabalhadores da Administração Pública.

Sebastião Santana (coordenador da Frente Comum) frisa que, *"contrariamente à propaganda do Governo, a realidade com que a maioria dos trabalhadores da Administração Pública se confronta é a da perda de rendimentos e do poder de compra, da desvalorização ou valorização insuficiente das carreiras e dos salários"*, apontando tal situação como *"fruto da ausência de respostas, de processos negociais enviesados ou insuficientes"*.

Ainda segundo o dirigente sindical, *"as políticas deste Governo desvalorizam o trabalho"*, e lembra que o número de trabalhadores com vínculos precários, *"que ultrapassa já os 90 mil"* os baixos salários praticados; a manutenção dos elementos mais negativos do SIADAP, nomeadamente as quotas e a quase impossibilidade de atingir o topo das carreiras; e a estagnação de dezenas de carreiras profissionais gerais, atirando os seus trabalhadores à desvalorização salarial e profissional.

TEMOS PROPOSTAS, EXIGIMOS SOLUÇÕES!

Já no período da manhã, antecedendo a concentração, realizou-se a Cimeira dos Sindicatos da Frente Comum, em que foi discutida a situação actual dos trabalhadores, decidida a greve nacional a realizar este mês e foi, ainda, aprovada a «PRC2026», em que constam as principais reivindicações e apontam-se soluções para os problemas, agravados pelo actual contexto de agudização dos problemas dos trabalhadores da Administração Pública – com especial ênfase para os da Administração Local e Regional –, marcado pelo aumento brutal do custo de vida em todas as áreas, da alimentação à habitação, bem como pela acentuada subida da precariedade laboral.

Entre as prioridades reivindicativas para 2026, destaque para a dignificação do estatuto socio-profissional dos trabalhadores da Administração Pública; o horário semanal de 35 horas para todos; a defesa do emprego público, do fim dos vínculos precários, de uma aposentação/reforma digna para todos; o respeito pelos direitos sociais e laborais individuais e colectivos; e uma Administração Pública ao serviço das populações e do País.

Na «PRC2026» reafirma-se a urgência de respostas aos problemas dos trabalhadores e de reforço das Funções Sociais do Estado, e exige-se medidas imediatas, como o aumento de salários em 15% (no mínimo de 150 € para todos) e do Salário Mínimo na Administração Pública para 1050 €; a correcção real e justa da TRU/Tabela Salarial; a actualização do subsídio de refeição para 12 €; além da revogação do SIADAP; valorização das carreiras; contratação de trabalhadores; promoção de direitos e reforço da atractividade das funções públicas; e uma Administração Pública capaz de responder às necessidades das populações.

A Frente Comum reitera, ainda, a posição de que há um caminho alternativo, não só possível como necessário, que permite a melhoria dos Serviços Públicos, o reforço das Funções Sociais do Estado e a garantia de melhores condições de vida para os trabalhadores, aposentados e pensionistas.

[Ver «PRC2026» em *stal.pt/prc2026*]. ■

AO SERVIÇO DOS GRANDES INTERESSES ECONÓMICOS

A política do Governo é uma afronta à vida difícil da maioria dos portugueses

Num país de baixos salários e reformas/pensões, que empurra milhares para a emigração, com 300 mil crianças na pobreza, com o drama do acesso à habitação e à saúde, escolas onde faltam professores e auxiliares, e um custo de vida que não pára de aumentar, a política deste Governo é uma verdadeira "declaração de guerra" a quem trabalha e cria a riqueza.

JOSÉ ALBERTO LOURENÇO
ECONOMISTA

Os resultados eleitorais das legislativas antecipadas de 18 de Maio, com o reforço da votação na coligação de direita (PSD/CDS) e na extrema-direita (Chega), agravaram as condições políticas em que, a partir de agora, os trabalhadores – e em particular os da Administração Local – terão que desenvolver as suas lutas por melhores condições de vida e de trabalho, melhores salários e valorização das suas carreiras profissionais.

Por muito desfavoráveis que tenham sido esses resultados para os trabalhadores, o Povo e a juventude, eles não legitimam uma política contra os seus direitos, consagrados na nossa Constituição.

O programa do Governo – cuja proposta do Orçamento do Estado (OE) para 2026 será entregue ao Parlamento até 10 de Outubro – insiste e consagra, com a fixação de um Salário Mínimo Nacional para 2029 (1.100 €), com um valor abaixo do que já é hoje pago em Espanha (1.184 €), numa política de baixos salários, acentua a exploração e a precariedade, aposta numa maior desregulação dos horários de trabalho e ataca a Lei da Greve numa tentativa de dificultar a resistência dos trabalhadores.

Num país como o nosso, com tantos problemas para enfrentar, a opção deste Governo passa pelo desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde (SNS), pelo "ataque" à Escola Pública e à Segurança Social, e pelo "assalto" aos recursos públicos, como acontece com a venda do Novo Banco e com a intenção de privatização da TAP e da SILOPOR (empresa pública de aprovisionamento de cereais).

Mas não é tudo. Este programa de Governo aprofunda a injustiça fiscal, com a reafirmação da redução significativa do IRC para 17% e com uma redução do IRS que, uma vez mais, beneficia os trabalhadores de mais elevados rendimentos em detrimento dos milhões de trabalhadores que sobrevivem com salários mínimos ou pouco mais.

Uma redução do IRS de que não irão beneficiar muitos milhares de trabalhadores, dados os seus baixos salários, e que representará – para os trabalhadores, pensionistas e reformados que dela irão beneficiar – uma devolução mensal de alguns euros.

Só a aplicação retroactiva a Janeiro desta devolução do IRS permitiria criar no primeiro mês da entrada em vigor desta medida (Agosto) a ilusão de uma verdadeira redução fiscal, como convém ao governo da AD em vésperas de eleições autárquicas.

SERVIÇOS PÚBLICOS = POTENCIAL NEGÓCIO

Com o argumento da modernização e da digitalização da Administração Pública e da "guerra" à burocracia, o que este Governo se prepara, verdadeiramente, é para "declarar guerra" aos trabalhadores e aos seus direitos, e para "moldar" o Estado – não no sentido de melhorar os Serviços Públicos de Saúde, Educação, Habitação e Acção Social –, mas para os colocar melhor ao serviço dos grandes interesses privados.

Com este governo de direita e este programa, cada problema é transformado num potencial negócio: das Forças Armadas, à Saúde, Educação, Habitação e à Segurança Social.

Nas Forças Armadas, continuará a não haver dinheiro para investimento nas missões que lhe estão constitucionalmente atribuídas e para valorização dos direitos, carreiras e condição militar, mas não faltará dinheiro para alimentar a loucura da guerra.

No SNS, sujeito diariamente a uma campanha orquestrada de desvalorização e destruição, não haverá dinheiro para valorizar dignamente os diferentes profissionais de saúde (médicos, enfermeiros e pessoal técnico auxiliar) e para investir em novos equipamentos médicos e infraestruturas hospitalares, mas não faltará dinheiro para alimentar o recurso ao sector privado da Saúde e o recurso às Parcerias Público Privado.

Na Educação, o Ensino Público irá continuar a ter os seus diferentes profissionais mal remunerados e desmotivados, bem como continuará a ser atacado, ao mesmo tempo que se anuncia a intenção de contractualizar com os grupos privados da educação pré-escolar, do ensino artístico e profissional e com contratos de associação, desviando recursos da Escola Pública e desistindo de criar uma rede pública de creches.

Na Habitação, direito constitucionalmente previsto para todos está hoje transformado num produto financeiro que apenas o mercado regula, irão agravar-se os problemas da falta de habitação pública e a preços acessíveis, continuará a faltar protecção dos inquilinos no arrendamento e dos proprietários de habitação própria permanente na sua relação com as instituições financeiras.

Na Segurança Social – em que é cada vez mais claro o ataque ao actual regime previdencial, fragilizando-se as suas fontes de financiamento e atacando-se o valor das reformas e pensões a pagar – o seu carácter público e universal será cada vez mais posto em causa. ■

COMBATER O ATAQUE AOS NOSSOS DIREITOS

O programa deste Governo prossegue e aprofunda as opções da política de direita, que trouxeram o País à situação em que se encontra e não serve os interesses dos trabalhadores, dos pensionistas e reformados, bem como dos milhares e milhares de jovens que, anualmente, chegam ao mercado de trabalho.

Será pela luta e organizados em torno das suas estruturas sindicais, nomeadamente o STAL, que os trabalhadores – e em particular os da Administração Local e sector empresarial – irão, uma vez mais, fazer frente e, no final, vencer os ataques a que, certamente, os seus direitos individuais e colectivos irão ser sujeitos nestes tempos próximos.

AUTÁRQUICAS

VOTA EM QUEM VALORIZA QUEM TRABALHA E SERVE AS POPULAÇÕES, E DEFE

Sem trabalhadores v
não há Poder Local De

As eleições autárquicas são um momento determinante para todos os trabalhadores das
O nosso voto tem força! A nossa participação é essencial para afirmar um Poder Local a
na valorização do trabalho e na defesa dos direitos de quem serve dia

No dia 12 de Outubro, os trabalhadores, tal como a generalidade dos portugueses, são chamados a eleger os representantes autárquicos que conduzirão os destinos das comunidades locais nos próximos quatro anos. E estas eleições representam um momento determinante para as populações locais e para todos os que, diariamente, asseguram o funcionamento dos serviços públicos de proximidade, como o abastecimento de água, saneamento, recolha de resíduos, transportes, educação, acção social, cultura, desporto e protecção civil, entre muitos outros.

Sendo um facto que a resolução dos grandes problemas laborais no sector da Administração Local depende, sobretudo, das opções políticas do Governo, o STAL considera decisivo ter nas autarquias quem se preocupa com os trabalhadores, quem responde positivamente às suas dificuldades e quem os acompanha nas suas lutas e reivindicações.

Por isso, apela aos trabalhadores para elegerem candidatos que assumam publicamente o compromisso de, com a sua acção, contribuírem para a construção de autarquias mais democráticas, mais participadas, que respeitem e valorizem os Serviços Públicos, que respeitem e dignifiquem os trabalhadores e sirvam melhor as populações.

Contudo, estes trabalhadores continuam a enfrentar graves problemas estruturais: salários baixos, carreiras desvalorizadas

O STAL apela às forças políticas e a todos os candidatos que assumam os seguintes compromissos, para assegurar o desenvolvimento e a valorização do Poder Local, em conjunto com as reivindicações dos trabalhadores, das quais se destacam aqui as principais:

- EMPREGO COM DIREITOS E FIM DA PRECARIEDADE
- REPOSIÇÃO 25 DIAS DE FÉRIAS
- PROMOVER E VALORIZAR A NEGOCIAÇÃO E CONTRATAÇÃO COLECTIVA
- PAGAMENTO DO SPI DE FORMA ABRANGENTE E ACTUALIZADA, PELO VALOR MAIS ALTO, E A INCLUSÃO DO RISCO
- CONTRATAÇÃO DE MAIS TRABALHADORES, FIM DA SOBRECARGA DE TRABALHO
- VALORIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS LOCAIS E DAS POPULAÇÕES
- 35 HORAS SEMANAIS PARA TODOS
- GARANTIR SEGURANÇA, SAÚDE E CONDIÇÕES DIGNAS DE TRABALHO
- FIM DAS PRIVATIZAÇÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS

NDE OS SERVIÇOS PÚBLICOS

alorizados emocrático!

s autarquias e do sector empresarial local.
ssente em Serviços Públicos de qualidade,
riamente as populações.

e progressões dificultadas pelo SIADAP, precariedade persistente no sector empresarial local, insuficiência de recursos financeiros e humanos, e tentativas de privatização que colocam em risco o interesse público.
O STAL apela, por isso, a todos os cidadãos e candidatos nas eleições autárquicas a assumirem a defesa de um Poder Local Democrático, assente em Serviços Públicos de qualidade e no respeito pelos trabalhadores que, no actual quadro político – marcado por uma governação de direita (PSD/CDS), com o apoio da direita radical e extrema-direita (IL e CH), e a conivência do PS – não deixarão, com o seu voto, de assumir uma forte posição pública em defesa das suas legítimas preocupações e justas reivindicações.

EXIGIR COMPROMISSOS AOS CANDIDATOS

Os trabalhadores das autarquias e sector empresarial constituem a "espinha dorsal" do Poder Local Democrático, direito consagrado na Constituição de 1976, documento fundamental que "comemora" este ano 50 anos (ver pág. 7).
Mas este o Poder Local Democrático só se cumpre plenamente quando assente em Serviços Públicos de qualidade, universais, acessíveis e geridos com transparência e participação. E isso exige autarquias fortes, dotadas de meios humanos e financeiros, capazes de responder às necessidades das populações e de valorizar os seus trabalhadores. ■

DIREITO À FORMAÇÃO PROFISSIONAL

HORÁRIOS DE TRABALHO QUE PERMITAM A CONCILIAÇÃO DA VIDA PROFISSIONAL E PESSOAL

FOMENTAR A PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES

DEFESA DO VERDADEIRO PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO

PROMOVER A IGUALDADE, DIGNIDADE PROFISSIONAL

REFORÇO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

O futuro das comunidades depende da força das autarquias, e essa força depende da dignificação do trabalho de milhares de homens e mulheres que servem a população. E nestas eleições autárquicas temos de reafirmarmos bem alto: os trabalhadores são a "espinha dorsal" do Poder Local Democrático!

CADA VOTO CONTA PARA CUMPRIR O IDEÁRIO DE ABRIL

Em 12 de Dezembro de 1976 realizaram-se, entre nós, as primeiras eleições autárquicas. E tal como há quase 50 anos, mantém-se bem actual o espírito de esperança e dignidade ancorado no ideário da Revolução de Abril, de afirmar o Poder Local como elemento inseparável do desenvolvimento, da coesão social e territorial, da democracia e da igualdade.

É urgente reforçar e valorizar o Poder Local Democrático em todas as dimensões, como um imenso (re)fazer da vida colectiva para garantir às gerações presentes e futuras um caminho de esperança e dignidade.
É fundamental respeitar e dignificar os seus trabalhadores, cujos direitos sempre defenderemos, como condição indissociável de uma Administração Local e de Serviços Públicos de qualidade capazes de dar resposta às populações.

O Poder Local Democrático construiu, em conjunto com as populações, uma rede de Serviços Públicos que é conquista do povo português. E é essa rede que está hoje ameaçada por políticas de desresponsabilização do Estado, por constrangimentos financeiros injustos e pela visão mercantilista dos direitos fundamentais.

Todos sabemos o que está em "jogo" nestas Autárquicas: o risco sério de privatizações e concessões de serviços essenciais, entregando ao lucro privado o que é de todos; manutenção de carreiras desvalorizadas e salários baixos, enquanto aumentam a exploração e a precariedade; e falta de trabalhadores nos serviços, sobrando sobrecarga de trabalho e horários desregulados, num profundo desrespeito por quem trabalha e serve as populações.
Só com autarquias fortes, participadas e comprometidas com os trabalhadores é possível garantir futuro para as nossas comunidades.

Em 12 de Outubro não fiques em casa! Cada voto conta para travar os que querem enfraquecer o Poder Local, cortar direitos e entregar os serviços essenciais aos privados. Por isso, o STAL apela:

- **» Vota em quem assume a defesa dos Serviços Públicos!**
- **» Vota em quem respeita e valoriza os trabalhadores!**
- **» Vota em quem defende a contratação colectiva, a igualdade e a dignidade no trabalho!**

A acção sindical e a luta dos trabalhadores continuarão a ser determinantes para defender e conquistar direitos, para alcançar melhores condições de trabalho, para defender o Poder Local e melhorar a prestação de Serviços Públicos à população.
Com a nossa luta, exigiremos que o Governo, os autarcas e demais entidades empregadoras respondam às justas aspirações dos trabalhadores da Administração Local e Regional, e das empresas municipais e concessionárias.

PACOTE LABORAL

O STAL FARÁ TUDO PARA DERROTAR E EVITAR O RETROCESSO SOCIAL

Propostas do governo PSD/CDS são "assalto" aos nossos direitos!

Caso se concretizasse a revisão das leis laborais apresentada pelo governo governo PSD/CDS (apoiado pela IL e CH), isso representaria um retrocesso nos direitos, criaria mais condições para a acentuar a exploração, e promoveria maiores desigualdades, precariedade e a individualização da relação laboral.

O Governo quer alterar mais de 100 artigos, alterações que configuram um "assalto" aos direitos e incidem sobre algumas das principais matérias que regulam a relação laboral.
As medidas apresentadas são justificadas com a necessidade de flexibilizar uma legislação demasiado rígida – a mesma e estafada tese que é aplicada há mais de 20 anos –, e fazem "tábua rasa" das consequências para os trabalhadores das sucessivas e negativas alterações introduzidas desde que entrou em vigor o Código do Trabalho.

Os objectivos do governo PSD/CDS são claros:

– **Aprofundar a desregulação dos tempos de trabalho** ao ressuscitar o famigerado "banco de horas" individual, e ainda alargando os efeitos do "banco de horas" grupal, com os trabalhadores que não aceitem a proposta a poderem ser coagidos a trabalhar no regime proposto, mesmo contra a sua vontade e em detrimento da sua vida pessoal e familiar.

– **Agravar o regime dos contratos a termo**, com aumento dos motivos que os justificam, repondo a possibilidade de contratar a termo quem nunca teve um contrato por tempo indeterminado e acrescentando a possibilidade de contratar, deste modo, reformados por invalidez e velhice, e com o aumento dos respectivos tempos de duração; alargando os contratos de muito curta duração ou, ainda, desagravando a penalização das empresas utilizadoras de trabalho temporário. Enfraquecimento da presunção de laboralidade dos trabalhadores das plataformas e a redução da protecção dos independentes em situação de dependência económica.

– **Revogação da proibição da renúncia aos créditos laborais** (proibição da remissão abdicativa), que visa proteger os créditos dos trabalhadores, ou a imposição da obrigação de prestar caução para pedir a reintegração na empresa em caso de despedimento ilícito, vedando aos trabalhadores a manutenção do seu posto de trabalho por razões económicas.

– **Limitar o direito à greve**, obrigando a serviços mínimos em todas as greves e em mais sectores, definindo-se caso a caso os serviços mínimos a prestar.
A greve é um último recurso da luta, implica a perda de vencimento, e é um instrumento para defender e avançar nos direitos.
Os serviços mínimos já existem e são fixados para as actividades impreteríveis que deles necessitam.

– **Atacar a liberdade sindical**, com limitações, nas empresas sem trabalhadores sindicalizados, do direito de reunião durante o horário de trabalho, bem como fazer depender da vontade do empregador a afixação de informação sindical nas empresas em que não haja trabalhadores sindicalizados conhecidos.

– **Agravar as normas que determinam a caducidade das convenções**, atacar, ainda mais, o princípio da filiação e criar as condições para que os empregadores possam escolher a convenção a aplicar nas suas empresas.

– **Ampliar a negação da aplicação do princípio do tratamento mais favorável**, alargando-se a áreas como o trabalho suplementar ou o teletrabalho.

– **Perpetuar os baixos salários,** com a previsão legal do pagamento em duodécimos dos subsídios de Férias e de Natal. Como agravante, o Programa do Governo prevê subsídios para os empregadores que paguem baixos salários, nomeadamente o "Incentivo ao Emprego", que permite a acumulação de prestações sociais com o salário.

– **Despedir para reduzir custos.** Tal como a CGTP-IN, também o Tribunal Constitucional (TC) o diz, quando avalia a norma (que o Governo quer revogar) que proíbe o recurso à terceirização nos 12 meses após um despedimento colectivo. Segundo o TC, existe "um forte indício de poder não ter havido uma necessidade real de despedir, mas antes, uma forma de reduzir custos associados à manutenção dos contratos de trabalho existentes".

– **Revogar o mecanismo de fiscalização e suspensão do despedimento ilícito**, promovido pela ACT junto do Ministério Público. Assim, o Governo facilita os despedimentos através da eliminação deste elemento dissuasor.

A mobilização e esclarecimento dos trabalhadores para o desenvolvimento e intensificação da luta serão condições determinantes para derrotar o "assalto" aos direitos que o governo PSD/CDS quer impor aos trabalhadores.
O STAL fará tudo nesse sentido, pois o que faz falta é valorizar e dignificar os trabalhadores, e só dessa forma será possível construir uma vida melhor e um País justo. ■

EM LUTA: CGTP-IN

Em Lisboa, a Av. Liberdade foi pequena para acolher tantos manifestantes.

DEFENDENDO QUE OUTRO RUMO É POSSÍVEL

Milhares de trabalhadores protestam em Lisboa e Porto contra o "pacote laboral"

Os trabalhadores da Administração Local e do sector empresarial marcaram forte presença na "Jornada Nacional de Luta" promovida pela CGTP-IN, no dia 20, em Lisboa e Porto, para rejeitar um dos maiores ataques feito aos direitos dos trabalhadores, pelo governo PSD/CDS (apoiado pela IL e CH).

Em Portugal, 1,3 milhões de trabalhadores têm vínculos precários, que afectam 54% dos jovens; 1,9 milhões de trabalhadores são hoje vítimas de horários de trabalho desregulados; e dois milhões de pessoas encontram-se na pobreza mesmo trabalhando. Este é o quadro resultante de anos de políticas de direita adoptadas pelos sucessivos governos, do PS e PSD-CDS. E a actual coligação de direita esmera-se por agravar a situação com as mais de 100 propostas de alteração à legislação laboral, que representam um dos maiores ataques feito aos trabalhadores.

Na sua intervenção, e lembrando o actual contexto político – de ataque aos direitos fundamentais e de afronta à Constituição –, Tiago Oliveira (Secretário-Geral da CGTP-IN) afirmou que "a situação dos trabalhadores degrada-se pela acção do capital e dos governos ao seu serviço, e em que o aumento do custo de vida coloca milhares de trabalhadores no limiar da pobreza, enquanto os grandes grupos económicos acumulam lucros".

Perante uma Av. Liberdade repleta, com milhares de trabalhadores, o dirigente da Intersindical sublinhou que "o governo PSD/CDS conduz uma política de agressão aos trabalhadores", acrescentando que nenhuma das propostas apresentadas neste "pacote laboral" – que considera estar "ao serviço das pretensões do capital e tem o acordo, no essencial, do CH e IL" – vai no sentido de resolver os problemas que já hoje existem na legislação laboral, "com normas que agridem os trabalhadores e os seus direitos e que precisam de ser revogadas".

Destacando que "a revisão das leis de trabalho" visam um "ajuste de contas", procurando precarizar todo o trabalho e agravar a sua desregulação, facilitar os despedimentos e atacar a liberdade sindical, Tiago Oliveira vincou, ainda, que a "grande jornada [de sábado, 20] aponta o caminho: o de intensificação da luta por uma vida melhor e que outro rumo é possível para o País". ■

"MARCHA NACIONAL" EM NOVEMBRO

A CGTP-IN anunciou, para 8 de Novembro, uma "Marcha Nacional contra o Pacote Laboral", concentrando, nas ruas de Lisboa, o protesto, a indignação e a rejeição do "pacote laboral", e para exigir uma vida melhor para os trabalhadores e para o Povo, em geral. No dia 1 de Outubro, o "Encontro Nacional de Dirigentes e Activistas Sindicais", em Lisboa, marcou o início de uma acção geral, nas empresas e nas ruas, contra o "pacote laboral", intensificando a acção reivindicativa através de plenários, paralisações, greves e outras acções nos locais de trabalho. Nas ruas, a luta ganhará visibilidade com a realização de actos de protesto à porta das empresas e serviços, concentrações, tribunas e manifestações. Entretanto, irá decorrer um abaixo-assinado, dirigido ao Primeiro-Ministro, a exigir a retirada das propostas de revisão da legislação laboral e a revogação das actuais normas gravosas da Lei do Trabalho, bem como o aumento de salários e direitos.

DOSSIER CARREIRAS

REGIME DEVASTADOR DE DIREITOS

Exemplos paradigmáticos da destruição das carreiras

O STAL não desiste da luta pela recuperação que insistentemente temos reclamado, porque só pode ser esse o caminho trilhado, sendo esse o nosso lema, correspondendo às justas reivindicações dos trabalhadores.

Esta é uma matéria de que temos frequentemente falado, particularmente em anteriores edições, voltando à carga porque não desistimos de insistir na luta pela reposição de direitos de que os trabalhadores foram espoliados, da forma grosseira e prepotente, lamentavelmente espelhada na Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro. Trata-se de uma lei da autoria do governo PS, de José Sócrates, cujo inqualificável regime foi objecto de lamentáveis acordos, subscritos pelos sindicatos da FESAP e pelo STE, o que mereceu públicos louvores de Sócrates, que, pasme-se, elogiou *"o espírito de modernidade do sindicalismo português"*. Bem sabemos que tipo de modernidade se alcançou e as consequências devastadoras dos direitos dos trabalhadores da Administração Pública!

Trabalhadores dos transportes colectivos lutam pela recuperação da carreira de Agente Único.

Havendo muitos exemplos de luta, foquemo-nos, com especial ênfase, na realizada recentemente pelos trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra pela recuperação da carreira de Agente Único, em que estavam integrados antes da sua malfadada erradicação, em 2009, amassados que foram na chamada "carreira de Assistente Operacional".

O justo inconformismo desses trabalhadores revelou-se num vultoso número de dias de greve, exigindo resposta às suas reivindicações, sem qualquer reacção por parte do Governo, revelando um total desprezo pelas propostas de solução apresentadas pelo STAL, igualmente acolhidas por outros sindicatos.

LUTA PARADIGMÁTICA

Assinalamos esta luta porque é um exemplo paradigmático do inconformismo, ou até da indignação, sentida por muitos trabalhadores, que se sentem cristalizados em supostas "carreiras", sem perspectivas de uma realização profissional condigna com as funções que desempenham, e que se caracterizam pela prestação de serviços essenciais para o bem-estar das populações que servem.

Reportando-nos à situação dos agentes únicos, recordamos que, até Janeiro de 2009, o salário inicial dessa então existente carreira era de 734,62 €, portanto superior em cerca de 63% ao Salário Mínimo Nacional (SMN), nesse ano fixado em 450 €!

Porém, a partir dessa data, passou a igualar o referido SMN,

DOSSIER CARREIRAS

Recuperar a sua profissão e a carreira é ponto de honra dos trabalhadores.

situação que praticamente se mantém, dado que a remuneração mínima da Administração Pública supera "generosamente" aquele salário mínimo, como sabemos, em apenas 8,41 €!

Este é um exemplo dos tratos de polé sofridos por esta carreira, para cujo início se fixou um valor vergonhosamente inferior ao que existia, numa diferença de 284,62 €, sendo que muitas outras foram vítimas de procedimentos semelhantes.

Recuperar a sua profissão e a sua carreira é ponto de honra desses trabalhadores, como tem sido, e há-de continuar a ser por parte de todos os que, conscientemente, se unam nessa luta pela recuperação de direitos.

COMBATE TENAZ DO STAL

Sendo aquele um exemplo paradigmático, não faltam, porém, outros, em que a desvirtuação das carreiras e remunerações tornou-se uma crua realidade, como se evidencia mediante outros exemplos que seguidamente mencionamos.

De facto, idêntica retaliação de direitos vitimizou a generalidade das carreiras, avultando, por exemplo, que, no âmbito da chamada "carreira" de Assistente Operacional, até foram integrados profissionais altamente qualificados, como foi o caso de operários, assim formalmente designados, nos termos legais.

Recorda-se, a propósito, que até à sua destruição, esses profissionais integravam uma verdadeira carreira, e, no início, o seu vencimento era também bem superior ao SMN que, em 2009, passou a ser também a base da sua "carreira" de Assistente Operacional!

Noutro exemplo, os trabalhadores legalmente integrados no grupo de operários qualificados, que incluía a maioria das profissões operárias, foram também vítimas de um procedimento semelhante.

De facto, também neste caso o vencimento previsto para a base da carreira excedia significativamente o SMN, sendo este o salário inicial devido a partir de 2009! Por outro lado, viram destruída a estrutura da sua carreira, que integrava duas categorias.

Reflectindo sobre outro exemplo, constatamos que os técnicos superiores detinham uma carreira, com cinco categorias, e um vencimento inicial que, em 2009, correspondia ao índice 400 (1.373,12 €), mas que passou a ser somente o do nível 11 da TRU (995,51 €)! Neste caso, salvaguardou-se que os licenciados, futuramente admitidos, por concurso, seriam integrados na 2.ª posição, nível 15 (1.201,48 €), mesmo assim bem inferior ao anteriormente previsto.

Mas essa garantia, conferida aos licenciados, deu azo a grosseiras discriminações, porquanto, por força de orientações da DGAEP, foi aplicada, de forma restritiva e absurda, somente aos futuramente admitidos por concurso, e não àqueles que já prestavam serviço à Administração Pública, detentores dessa habilitação, procedimento que o STAL combateu tenazmente, nalguns casos com assinalável êxito, defendendo a extensão desse direito a todos os técnicos superiores licenciados.

> *Assim se vilipendiaram múltiplas profissões, com tratamentos análogos, cujas estruturas foram destruídas e os vencimentos desvalorizados*

CARREIRAS DESTRUÍDAS E SALÁRIOS DESVALORIZADOS

Estes são exemplos concretos que, desde sempre, nos levaram a denunciar um regime devastador de direitos que, infelizmente, outros subscreveram formalmente!

Foi assim que se vilipendiaram múltiplas profissões, com tratamentos análogos, cujas estruturas foram destruídas e os vencimentos desvalorizados.

Demos alguns exemplos, paradigmáticos da destruição de carreiras e de remunerações, mas o que a esse respeito dissemos é transversal à generalidade das carreiras, que sofreram e continuam a sofrer tratos de polé, apesar de algumas alterações. Aliás, sempre muito propagandeadas como significativas valorizações, mas que, no fundo, são uma espécie de operações de cosmética, porque, no essencial, mantêm as perversões do regime implementado em 2009, continuando a aplicar-se lamentáveis princípios impostos pela Lei 12-A/2008.

A luta dos agentes únicos – um exemplo paradigmático da luta pela recuperação de carreiras – assenta em argumentos incontestáveis, e visa reconhecer uma profissão como antes sucedia, e não designados como assistentes operacionais, sem identificação precisa de uma profissão que desempenham, bem como exigir uma valorização salarial condizente com as grandes responsabilidades imanentes às suas funções, numa área que constitui a prestação de serviços públicos de transportes, essenciais para a população que servem. ■

OFENSA À DIGNIDADE DOS TRABALHADORES

Os baixos salários pagos, neste como em muitos outros casos, com a previsão de vencimentos para início das carreiras, praticamente iguais ao SMN, constituem uma ofensa à dignidade dos trabalhadores e impedem que as autarquias consigam recrutar novos trabalhadores, sobretudo de profissões mais qualificadas.

Fica assim o convite ao recurso ao *outsourcing*, forma de privatização e fragilização de vínculos estáveis, imperando a precariedade e dando azo ao esvaziamento progressivo de serviços públicos essenciais para os cidadãos.

É contra este estado de coisas que havemos de continuar a luta pela recuperação de carreias e profissões. Para o efeito, reiteramos o que temos sistematicamente reivindicado, no sentido da revisão das carreiras, com base na estrutura existente até final de 2008. Naturalmente com as adaptações e valorizações exigidas pelo decurso de tão longos anos, em que os trabalhadores têm sido privados de condições de trabalho dignas, e de retribuições justas, que tenham em conta a brutal perda do poder de compra que tão gravemente os tem prejudicado.

É este o nosso lema, de luta pela recuperação de direitos e defesa dos Serviços Públicos, porque será assim, em unidade com os trabalhadores, que nos propomos alcançar soluções que melhor correspondam aos seus direitos e legítimas expectativas.

INTERNACIONAL

A ECONOMIA DE GUERRA PROMOVE O SUBDESENVOLVIMENTO E A PULSÃO DE MORTE

Se queres Paz, prepara-te para a guerra? Não, errado!

A frase, repetida constantemente, é cativante, mas catastrófica. Como a História já mostrou numerosas vezes, sempre que as economias e as mentes se preparam para o conflito, a guerra aproxima-se.

Passo a passo, a histeria substitui a análise racional. Fala-se mais de guerra e menos de paz – até há bem pouco tempo, quem o fizesse relativamente à Ucrânia, era acusado de tudo e mais alguma coisa. O pensamento pára, as soluções diplomáticas são descartadas e a paz é posta em causa. A Europa não tem futuro como continente de guerra. A militarização destruirá a indústria transformadora e a tensão permanente com os vizinhos do Leste não nos aproximará da paz, pelo contrário.

Por cá, o governo PSD/CDS, submisso aos interesses da NATO e da UE, está há muito alinhado com a retórica bélica. O primeiro-ministro, Luís Montenegro, diz mesmo que estamos em guerra. "Obviamente, não estamos em guerra, até porque não foram accionados os procedimentos que a Constituição prevê. Nunca saímos, isso sim, da cada vez mais intensa guerra de classes."

Dinheiro é coisa que não vai faltar, porque no capitalismo há sempre dinheiro para aquilo que as classes dominantes querem fazer, o que significa que a restrição não é financeira, mas de poder de mobilização de recursos.

O "não há dinheiro é pura ideologia"[1]. A mesma que sustenta que a guerra é uma oportunidade de desenvolvimento. Ora, o negócio da guerra não traz nenhum benefício económico às populações. Na verdade – como defende Amartya Sem, economista e filósofo indiano –, "é preciso ser-se muito corrupto moralmente para apresentar a economia da destruição, a guerra, como uma oportunidade de desenvolvimento (...)." O Prémio Nobel de Economia em 1998 acrescenta ainda que "o desenvolvimento é o processo colectivo de afirmação da pulsão de vida, que redistribui, e logo aumenta, as liberdades positivas, que estão associadas às oportunidades igualitárias para ser e fazer, para florescer humanamente". A economia de guerra é, pelo contrário, o desenvolvimento do subdesenvolvimento, a erosão das potencialidades nacionais pela pulsão de morte.[2]

PALESTINA: PARAR O GENOCÍDIO JÁ!

Diante do horror da guerra que atinge milhões de seres humanos, sobressai o genocídio do povo palestiniano por Israel, com a criminosa cumplicidade da UE e dos EUA. Não há desculpas nem perdão para os brutais crimes cometidos pelo estado sionista e pelos seus execráveis líderes, que não escaparão ao julgamento da História, e esperemos que dos tribunais.

Como escreve a organização não-governamental israelita B'tselem, no documento "O Nosso Genocídio", "há quase dois anos, Israel comete um genocídio em Gaza, agindo de forma sistemática e deliberada para destruir a sociedade palestiniana local por meio de assassinatos em massa, causando graves danos físicos e mentais, e criando condições catastróficas que impedem a sua continuidade em Gaza. Israel promove abertamente a limpeza étnica e a destruição da infraestrutura de sustentação da vida de indivíduos e de grupo, com dois milhões de pessoas famintas, deslocadas, bombardeadas e abandonadas pelo Mundo à morte. O genocídio deve ser interrompido!"[3]

É preciso impor sanções contra Israel já! E proceder ao reconhecimento pleno, imediato e incondicional do Estado da Palestina, conforme determinam o direito internacional e as resoluções das Nações Unidas.

Por isso, é inaceitável obrigar ao cumprimento de exigências arbitrárias, discriminatórias e de espírito profundamente colonial, como sejam a condenação e desarmamento da resistência palestina, a realização de eleições sob ocupação militar, a aceitação de um "Estado desmilitarizado" e a repetição de um reconhecimento de Israel que já foi feito pela OLP há décadas.

O reconhecimento do Estado da Palestina é um dever legal e moral, e deve ser feito imediatamente e sem condições. O anúncio desse reconhecimento por diversos governos, incluindo Portugal, ainda que tardio – pois já 147 países o fizeram –, mesmo que insuficiente e hipócrita, é o resultado da força do movimento de solidariedade com a causa palestiniana que se levanta, em Portugal e por todo o Mundo, e que é preciso intensificar até à libertação do povo palestiniano e do seu direito a viver em Paz na sua terra e a ser feliz. ■

(1) https://pt.mondediplo.com/2025/08/guerra-e-paz-em-portugal.html#nb1
(2) Ibidem
(3) https://www.btselem.org/publications/202507_our_genocide

PELA PAZ TODOS NÃO SOMOS DEMAIS!

A campanha de solidariedade com o povo Palestino, pelo fim ao genocídio e à ocupação israelita,realiza, em 29 de Novembro, manifestações em Lisboa e Porto, pelas 15H. Lembrando que os palestinianos vivem diariamente o horror dos massacres cometidos por Israel, que somam já em muitas dezenas de milhares os mortos, incluindo milhares de crianças, os organizadores desta acção pública de protesto (CPPC, CGTP-IN, MPPM e Projecto Ruído) apelam à mobilização de todos os trabalhadores. Recorde-se que, em 31 de Maio, o Seixal acolheu o IV Encontro pela Paz – promovido pelo CPPC e outras 12 entidades, entre os quais o STAL –, sob o lema "Pela Paz Todos Não Somos Demais! Cumprir a Constituição de Abril!".

LUTA PELA REPOSIÇÃO DAS CARREIRAS E VALORIZAÇÃO SALARIAL

Trabalhadores dos transportes colectivos em greve no dia 10 de Outubro

Os trabalhadores dos serviços municipais ou municipalizados de transportes colectivos de Barreiro, Bragança, Coimbra, Nazaré, Portalegre e Sintra vão realizar uma paralisação de 24 horas na antevéspera das eleições autárquicas (12 de Outubro), que será antecedida por plenários em frente das respectivas autarquias no dia 7.

Cerca de uma centena de trabalhadores dos transportes colectivos de várias regiões do País realizam (em 17 de Setembro) um Plenário Nacional na sede do STAL, em Lisboa, onde discutiram a sua situação profissional e as medidas a adoptar para verem concretizadas as suas reivindicações, como a manutenção dos serviços públicos de transportes colectivos; a reposição das carreiras profissionais, nomeadamente a de Agente Único; a atribuição do Suplemento de Penosidade e Insalubridade; e a melhoria das remunerações e das condições de trabalho.

Nesse sentido, realizarão uma greve nacional no dia 10 de Outubro, que visa também alertar os autarcas e candidatos autárquicos para a urgência de verem resolvidos os seus problemas há muito denunciados, nomeadamente pelo STAL.

Após o plenário, os trabalhadores concentraram-se junto ao Ministério das Finanças, onde entregaram uma resolução reivindicativa. Refira-se que o STAL formulou propostas de recuperação e valorização das suas profissões, mas, e até ao momento, o governo PSD-CDS continua sem nada decidir, eternizando uma situação inaceitável e gravosa para quem presta um serviço essencial às populações.

Na génese desta luta está a desvalorização da profissão – designadamente dos trabalhadores que exercem as funções de Agentes Únicos e os das oficinas que exercem a profissão de mecânico –, cujas carreiras específicas foram "amassadas" com a implementação da Lei 12-A/2008, que as integrou na carreira geral de Assistente Operacional.

Até 2008, quando foram espoliados da sua carreira específica pela referida Lei, o salário-base destes trabalhadores (734,62 €) era cerca de 63% superior ao Salário Mínimo Nacional de então (450 €), enquanto hoje a sua base salarial é o Salário Mínimo Nacional! ■

DR ANGRA DO HEROÍSMO

O STAL e a empresa municipal Praia Ambiente assinaram um ACT (em 11/09), que assegura mais direitos aos trabalhadores (mais dias de férias, atribuição do SPI a mais trabalhadores e aplicação das 35 horas semanais) e melhorias salariais, e que levou à desconvocação da greve agendada, pela igualdade de tratamento face ao aumento salarial superior de alguns trabalhadores. ■

DR COIMBRA

Desde 2021 que a DR tem exigido, à CM Vila Nova de Poiares, que cumpra a Lei do OE2021 e o DL 93/2021 (de 9/11), pagando o SPI aos trabalhadores da recolha e tratamento de lixo e de efluentes; higiene urbana; saneamento; cemitérios; canil e asfaltamento, e os que exerçam funções similares. Nesse sentido, avançou com uma acção junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, que deu razão ao STAL, obrigando o Município a pagar o SPI e com retroactivos a 2021. Continuará a CM a prejudicar os trabalhadores? ■

DR GUARDA

Após avanços e recuos, o STAL assinou, finalmente (em 5/08), um ACEP com a CM Pinhel, garantindo assim que todos os municípios do Distrito da Guarda disponham de um acordo que assegure, aos seus trabalhadores, mais direitos e melhores condições laborais. Já em 20/06 (conjuntamente com a DR Coimbra), foi assinado um Acordo de Empresa com a Águas Públicas da Serra da Estrela, que assegura uma vida mais digna aos trabalhadores. ■

DR LISBOA

Trabalhadores da UF de Santa Iria de Azoia, São João da Talha e Bobadela, face à ausência de resposta às suas reivindicações, realizaram (23/07) uma acção de luta em frente à Junta de Freguesia, a cujo executivo entregaram uma moção reivindicativa. Já os trabalhadores da CM Sintra e SMAS realizam (17/06) um Plenário Geral, que incluiu a intervenção do STAL na reunião do executivo municipal para apresentar as suas principais reivindicações, mas às quais a câmara e a administração dos SMAS não deram respostas. ■

DR SANTARÉM

Reforçando os direitos dos trabalhadores e as condições de trabalho, o STAL celebrou (em 31/7) um ACEP com o Município de Benavente; e (em 20/8) um AE com a empresa intermunicipal Águas do Ribatejo. ■

DR SETÚBAL

Em Agosto, o STAL assinou adendas aos ACEP celebrados com as Juntas de Freguesia de Sarilhos Grandes, no dia 28, e do Castelo (Sesimbra), no dia 7; e com a JF S. Martinho (Alcácer do Sal), em 22/7. Estes acordos garantem mais direitos aos trabalhadores, nomeadamente mais 3 dias de férias, o gozo do dia de aniversário e de Carnaval, a justificação da falta em dia de funeral de tio/tia/sobrinho/sobrinha, além de outras matérias.. ■

ESPAÇO SÓCIO

PLENÁRIO GERAL REÚNE MEIO MILHAR DE TRABALHADORES NO PORTO

STAL celebra 50.º aniversário com desfile reivindicativo e animada confraternização

Tal como há meio século, trabalhadores das autarquias – e das empresas municipais e concessionárias – reuniram-se numa acção reivindicativa em defesa dos seus direitos, melhores salários e condições de trabalho, assinalando os 50 anos de resistência, lutas e conquistas do STAL.

Em 24 de Agosto de 1975, o Palácio de Cristal acolheu a Assembleia Constituinte do primeiro sindicato no sector da Administração Pública a constituir-se após a Revolução de Abril.

Meio século após a fundação do STAL, em 22 de Agosto, trabalhadores das autarquias – bem como do sector empresarial – voltaram a reunir-se no Porto para assinalar a efeméride, numa acção que teve tanto de confraternização – entre trabalhadores, dirigentes e convidados do movimento sindical, nomeadamente o secretário-geral da CGTP-IN (Tiago Oliveira) e o coordenador da Frente Comum (Sebastião Santana) – como de mobilização e de luta contra o "pacote laboral" e pela exigência de melhores condições de trabalho e de vida.

De viva voz, num desfile entre a Av.ª D. Afonso Henriques e a Alameda das Fontainhas, reafirmaram a sua unidade e determinação, exigindo a valorização do seu trabalho e dos Serviços Públicos, e contestaram o retrocesso social que o governo PSD/CDS quer impor, prosseguindo as políticas de direita e pelo inaceitável "pacote laboral".

Na resolução aprovada neste Plenário Geral, são criticadas as opções políticas do Governo, que conta com o apoio do CH e da IL, e a conivência do PS: "Perante o agravamento do custo de vida – sobretudo em sectores essenciais como a alimentação e habitação – e no acesso aos Serviços Públicos, que tornam a vida de milhões de trabalhadores num inferno, o Governo, em vez de aumentar salários, aprova uma diminuição no IRS, que beneficia os salários mais altos, e desce os impostos ao grande capital, que deixará de pagar centenas de milhões de euros em impostos, que tanta falta fazem aos Serviços Públicos."

Perante esta brutal ofensiva contra os direitos, o STAL – reafirmando que só com a organização, unidade e intensificação da luta será possível derrotar os planos do Governo e conquistar mais direitos, melhores salários e condições laborais – reiterou o seu compromisso de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores, promovendo a realização de plenários em todos os locais de trabalho e a "Circuito dos Resíduos", pelo reconhecimento social e profissional dos trabalhadores do sector e a defesa do serviço público de resíduos, e a participação nas acções de luta no âmbito da CGTP-IN e da Frente Comum. ■

STAL COM NOVA SEDE EM 2026

Em Dezembro de 2024, a Direcção Nacional do STAL decidiu adquirir um novo espaço (r/c do edifício na foto) em Lisboa, para instalar a sede do Sindicato. Assim, o STAL irá "mudar-se" para a zona de Lumiar durante o próximo ano. A Direcção Regional de Lisboa também acompanhará esta mudança, partilhando as mesmas instalações, tal como já acontece actualmente.

VANTAGENS DO ASSOCIADO

Os associados beneficiam de protocolos celebrados com diversas entidades, que proporcionam descontos significativos na aquisição de bens e serviços, designadamente nas áreas da educação, saúde, turismo, lazer, combustíveis, seguros e reparação automóvel. Consulta todas as vantagens na página do STAL (stal.pt/vantagens)

LINHA DO TEMPO

VICTOR NOGUEIRA

A COR, O SOM E O SABOR DAS PALAVRAS

O direito à vida é o direito fundamental, aquele a que dão conteúdo substantivo os restantes direitos da Humanidade.

«Só há liberdade a sério quando houver
A paz, o pão
habitação
saúde, educação
Liberdade de mudar e decidir
quando pertencer ao povo o que o povo produzir»

["LIBERDADE", SÉRGIO GODINHO]

Em 1974, o Povo nas ruas apoiou o que seriam os três D's: Descolonizar, Democratizar, Desenvolver. Durante três anos, nas comissões de moradores, de bairro, de trabalhadores e sindicais; nas assembleias populares, autarquias locais e em locais de trabalho ou de residência, os trabalhadores e as populações tomaram o poder nas mãos e deram corpo ao que foi consagrado em 1976, na Constituição de Abril, rumo a uma sociedade mais justa, igualitária, livre, solidária e fraterna.

Há 50 anos, 1975 foi o ano vivido em plenitude, com a Reforma Agrária, o controle operário, as nacionalizações da banca e dos sectores estratégicos da economia, o voto popular... O futuro parecia sorrir com o nascer do sol, ao virar duma esquina, no sorriso duma criança.

Talvez uns afirmem que a maior conquista de Abril é a Liberdade, a realização de eleições livres e periódicas, embora outros privilegiem a propriedade ou a estabilidade.

Liberdade, democracia, propriedade, estabilidade terão significados diferentes, muitas vezes antagónicos ou em contradição.

Que sentido tem a Liberdade para quem não tem esperança no futuro, tecto que o abrigue, salvaguarda da saúde e protecção na doença, possibilidade de fruir dos tempos livres e de lazer, salvaguarda duma velhice com dignidade? De que serve a Liberdade se falta o dinheiro para suprir no mínimo as necessidades essenciais?

A escolha de quem nos representa a vários níveis – desde o Parlamento até à Assembleia e Câmara Municipais e à Assembleia e Junta de Freguesia – tem como finalidade a reivindicação e a defesa de interesses próprios, individuais ou colectivos, com vista à sua real concretização.

A quem serve uma "estabilidade" na governação se esta cria a instabilidade na sociedade para a maioria, sem efectiva salvaguarda dos direitos da Humanidade para uma vida plena, vivida e fruída com alegria e dignidade? ■

LEITURAS COMPLEMENTARES

«O Poder Local Democrático, factor de progresso e de melhoria da qualidade de vida das populações», in Jornal do STAL n.º 70 (Junho, 2003)

«Democracia, Serviços Públicos e emprego» (CGTP), in https://www.cgtp.pt/images/stories/imagens/2011/11/estado/04_Estado_PoderLocal.pdf

S	A	D	B	T	F	I	N	R	N	Y	L	Ç	O	T	J	Ê	A	Ç	S	L	Y
O	T	I	R	P	C	O	D	E	Y	X	R	D	L	F	U	T	U	R	O	A	X
L	D	R	N	R	J	A	I	B	W	P	E	S	Á	I	S	N	D	Á	F	R	P
I	J	E	V	O	L	M	G	K	L	A	B	L	L	Q	T	Ú	S	P	C	H	A
D	N	I	F	G	W	C	N	S	A	Z	K	U	D	G	I	J	P	U	O	C	Z
A	U	T	A	R	Q	U	I	A	S	O	S	T	M	H	Ç	W	L	Q	N	J	O
R	W	O	D	E	Ç	Ê	D	R	I	G	U	A	L	D	A	D	E	A	Q	T	M
I	L	S	J	S	Á	F	A	Z	N	B	H	Q	Á	L	X	E	N	L	U	A	H
E	R	G	N	S	J	C	D	Ó	D	F	Ê	R	L	S	A	L	Á	R	I	O	S
D	E	Q	U	O	B	R	E	G	I	O	N	A	L	M	Z	V	R	L	S	N	F
A	B	H	W	Ú	A	Ó	S	B	C	T	P	X	A	I	G	E	I	R	T	V	C
D	K	F	L	N	Ê	B	T	R	A	B	A	L	H	O	P	R	O	E	A	F	J
E	S	I	R	S	F	Ó	R	A	T	G	W	I	M	A	J	Ê	R	B	S	A	L
O	P	N	E	Á	G	U	A	N	O	Ê	X	B	W	A	Ç	J	U	K	L	D	W
S	C	Y	B	P	Ê	S	B	X	Á	U	F	E	R	N	G	Ó	E	S	H	J	Q
G	Y	W	K	B	R	P	A	Z	J	C	G	R	E	V	E	L	A	P	R	P	D
Q	X	L	S	Á	M	A	L	G	Ú	T	R	D	S	S	O	Á	T	I	A	Ú	J
H	P	A	P	I	Ê	N	H	E	B	S	T	A	L	V	Q	C	P	M	E	B	N
F	A	M	U	N	I	D	A	D	E	F	A	D	G	Õ	X	G	X	Ó	U	L	U
I	Z	O	B	R	Ã	L	D	L	G	C	R	E	S	I	S	T	Ê	N	C	I	A
S	O	E	K	X	Ú	Q	O	F	M	X	E	Á	P	Q	L	P	E	N	E	C	D
A	M	P	V	I	T	Ó	R	I	A	L	M	P	T	S	V	Ç	R	Á	I	O	P

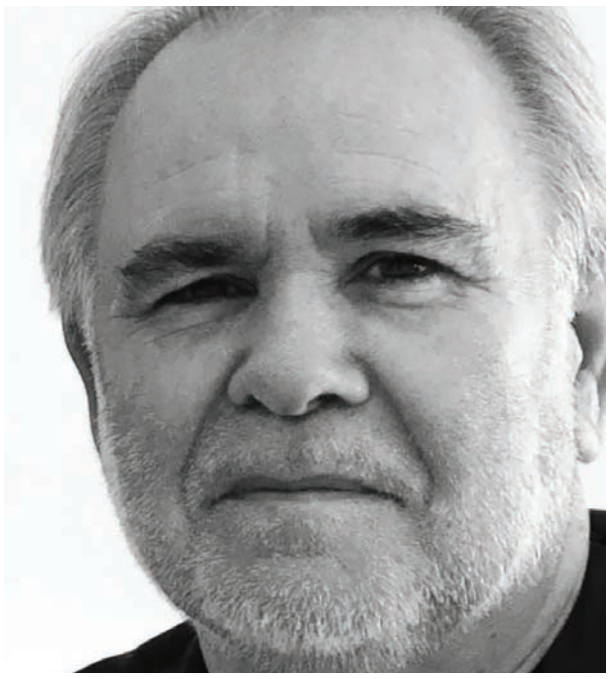
SOPA DE LETRAS

Água
Autarquias
CGTP
Conquistas
Dignidade
Direitos
Futuro
Greve
Igualdade
Justiça
Liberdade
Luta
Paz
Plenário
Progresso
Público
Regional
Resistência
Salários
Sindicato
Solidariedade
STAL
Trabalhador
Trabalho
Unidade
Vitória

As palavras podem estar escondidas horizontalmente ou verticalmente.

POESIA

SELECÇÃO DE **ERMELINDA MORGADO**



AMOR COMBATE
JOAQUIM PESSOA

Não te rendas meu povo. Não te rendas
às mãos de quem te quer voltar a ver
cativo e desgraçado. Não te vendas.
Aqui nada mais temos a vender!

Não te cales meu povo. Que a saudade
já não pode doer dentro de nós.
Se o teu punho constrói a liberdade
levanta ainda mais a tua voz.

Não te rendas meu povo. Não te rendas.
Que já nos querem sós. E divididos.
Que já nos querem fracos. E calados.

Não te cales meu povo. Não te vendas.
Que quando nos quiserem já vencidos
hão-de ter-nos de pé. E perfilados.

ANA E ANTÓNIO
MÁRIO CASTRIM

A Ana e o António trabalhavam
na mesma empresa.
Agora foram ambos despedidos.
Lá em casa, o silêncio sentou-se
em todas as cadeiras
em volta da mesa vazia.
"Neo-Realismo!" dirão os estetas
para quem ser despedido é o preço do progresso.
Os estetas, esses, nunca
serão despedidos.
Ou julgam isso, ou julgam isso.

SONETO IMPERFEITO DA CAMINHADA PERFEITA
SIDÓNIO MURALHA

Já não há mordaças, nem ameaças, nem algemas,
que possam perturbar a nossa caminhada,
em que os poetas são os próprios versos dos poemas
e onde cada poema é uma bandeira desfraldada.

Ninguém fala em parar ou regressar.
Ninguém teme as mordaças ou algemas.
- O braço que bater há-de cansar
e os poetas são os próprios versos dos poemas.

Versos brandos... Ninguém mos peça agora.
Eu já não me pertenço: Sou da hora.
E não há mordaças, nem ameaças, nem algemas

que possam perturbar a nossa caminhada,
onde cada poema é uma bandeira desfraldada
e os poetas são os próprios versos dos poemas.

MEU GALOPE É EM FRENTE
MÁRIO DIONÍSIO

Direis que não é poesia
e a mim que importa?
Eu canto porque a voz nasce e tem de libertar-se.
E grito porque respondo
às lanças que me espetam
e aos braços que me chamam,
E porque, dia e noite, minhas mãos e meus olhos,
por estranhas telegrafias,
dos cantos mais ignotos
e das linhas perdidas
e dos campos esquecidos
e dos lagos remotos,
e dos montes,
recebem longas mensagens e comunicações:
para que grite e cante.
O meu grito e meu canto é a voz de milhões.
Por isso que me importa?
Eu canto e cantarei o que tiver a cantar
e grito e gritarei o que tiver a gritar
e falo e falarei o que tiver a falar.
Direis que não é poesia.
E a mim que importa
se eu estou aqui apenas para escancarar a porta
e derrubar os muros?
E a mim que importa
se vós sois afinal o que hei-de ultrapassar
e esmigalhar
em nome
de todos os futuros?
Eu sigo e seguirei,
como um doido ou um anjo,
obstinado e heróico a caminho de nós
em palavras e acções
por todos os vendavais
e temporais
e multidões
nos cantos mais ignotos
e nas linhas perdidas
e nos campos esquecidos
e nos lagos remotos
e nos montes
- por terra, mar e ar.
Direis que não é poesia
E a mim que importa!
Convosco ou não, meu galope é em frente.
Pertenço a outra raça, a outro mundo, a outra gente.
É andar, é andar!

AUTORES

ANTÓNIO MARQUES

EDUARDO GAGEIRO E SEBASTIÃO SALGADO

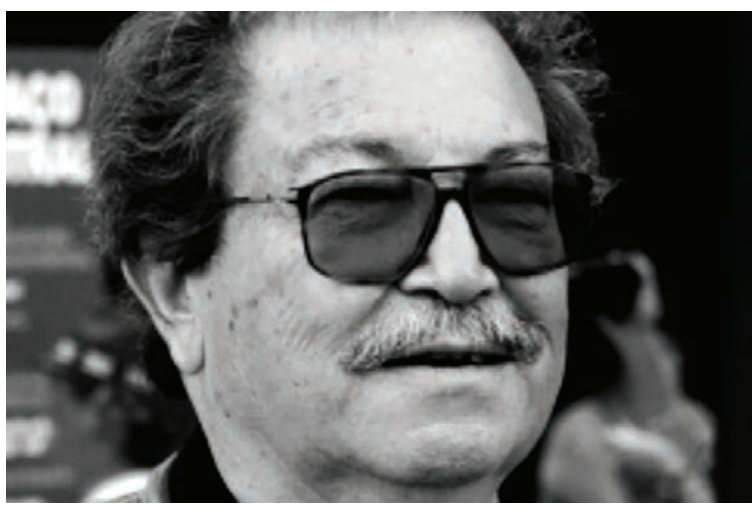
A IMAGEM COMO DENÚNCIA E TRANSFORMAÇÃO

Os dois fotógrafos deixaram-nos este ano, mas as suas obras – que enaltecem a dignidade humana, o valor da memória e o poder da imagem como agente de mudança – perdurarão por muito tempo.

Sebastião Salgado faleceu em 23 de Maio, aos 81 anos, e Eduardo Gageiro a 4 de Junho, com 90 anos. Como legado, deixaram uma obra fotográfica que vai além da sensibilização estética, incorporando um profundo e multifacetado impacto social, em diversas dimensões: denúncia, sensibilização, transformação cultural, memória colectiva e até projectos concretos de intervenção social e ambiental.

Com um percurso mais internacional, Salgado usou a sua câmara para documentar a miséria, o êxodo, o trabalho árduo e a destruição ambiental em mais de 120 países, com uma abordagem humanista que coloca em foco a dignidade e o sofrimento dos marginalizados, tornando visíveis realidades muitas vezes ignoradas pelo grande público. O impacto do seu trabalho inspirou debates sobre justiça social, direitos humanos e políticas públicas. Exemplo notório é o projecto «Instituto Terra», fundado na sua terra natal, Aimorés (Minas Gerais, Brasil), que recuperou milhares de hectares de Mata Atlântica, numa demonstração prática de que a fotografia pode mobilizar recursos, pessoas e acções em prol de causas sociais e ambientais.

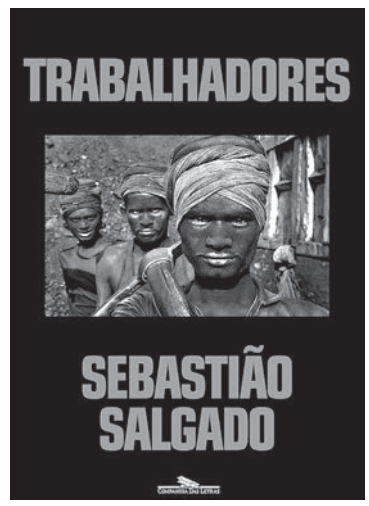
As suas imagens icónicas são amplamente usadas como instrumentos de reflexão, formação crítica e mobilização, expandindo o seu efeito de transformação cultural, e provocaram uma reflexão sobre os limites entre estética e ética na fotografia da pobreza e da tragédia, que desafia a objectificação e procura dignificar o retratado, estimulando discussões importantes na área do fotojornalismo.



MEMÓRIA, HUMANISMO E CONSCIÊNCIA SOCIAL

Já Eduardo Gageiro – que gostava de ser recordado como "um rapaz de Sacavém que procurou sempre denunciar as injustiças" – é uma referência incontornável na construção da memória colectiva portuguesa, cujas imagens – sobretudo do 25 de Abril de 1974, da vida operária e do quotidiano – são documentos visuais que ajudam a sociedade a reflectir sobre a liberdade, a desigualdade social e as transformações políticas do País que documenta desde os seus 12 anos. Gageiro elevou o fotojornalismo português, documentando o drama e a alegria do nosso povo com profunda sensibilidade, através de fotografias que contribuem para um olhar crítico sobre a sociedade, qual instrumento de denúncia da desigualdade, da profunda injustiça social e da pobreza de Portugal e do seu povo durante a ditadura fascista, qual protesto silencioso e de resistência democrática, pelo que também não escapou à censura em diversas ocasiões.

Também conhecido como o "fotógrafo do Povo e da Revolução", Gageiro confessou-se "um homem de coragem por trás de uma máquina", que se atreveu a ir além, revelando o Portugal a preto e branco de Salazar, tal como a tragédia das cheias de 1967.



Dos destaques maiores da sua obra, destaque para as coberturas do atentado nos Jogos Olímpicos de Munique, em 1972, e da Revolução de Abril de 1974. A sua influência ajudou a transformar a fotografia em Portugal de um mero acessório ilustrativo para um instrumento de narrativa histórica e intervenção política, assente numa cultura visual comprometida com os valores democráticos.

OS "INVISÍVEIS" DA SOCIEDADE

O legado cultural de ambos ultrapassa largamente o universo da fotografia, influenciando debates sociais, políticos, ambientais e culturais, ou Salgado e Gageiro não tivessem utilizado a fotografia como denúncia social e instrumento de sensibilização, sendo as suas imagens frequentemente usadas como mobilizadoras da consciência social e acção política.

São bons exemplos disso as obras "Trabalhadores" (1993), "Terra" (1997), "Serra Pelada" (1999), "Êxodos" (2000) e "Génesis" (2013), em que Salgado documentou transformações económicas e humanas do séc. XX em diversas partes do Mundo. Ao retratar camadas "invisíveis" da sociedade, conferiu dignidade a populações marginalizadas sem recorrer ao sensacionalismo, tendo o seu trabalho sido aclamado mundialmente como "património cultural da humanidade" pelo seu arquivo visual, que serve como espólio ético, estético e político do nosso tempo.

Por seu lado, o legado de Gageiro está intrinsecamente ligado à história contemporânea de Portugal, sobretudo pela cobertura ímpar da Revolução dos Cravos, com as suas fotografias a tornarem-se documentos fundamentais da nossa memória colectiva e símbolos visuais do processo democrático nacional.

A sua câmara captou a vida fabril, o trabalho e o quotidiano do povo português durante décadas, bem como as grandes figuras da cultura, do desporto e da política nacional, e que ficaram eternizados nos seus livros, como "Gente" (1971), "Revelações" (1995), "Fotos de Abril" (1999), "Olhares" (1999), "Silêncios" (2010) ou "Liberdade" (2013).

As suas fotografias ajudaram a documentar e a denunciar as realidades social e política do País, contribuindo para a construção de uma consciência crítica e uma cultura de liberdade em Portugal, sendo essenciais para se compreender o Portugal moderno. ■

A FECHAR

"VARRER" A EXPLORAÇÃO DO SECTOR DOS RESÍDUOS E HIGIENE URBANA

Os trabalhadores que recolhem e tratam o lixo... não são lixo!

O STAL promove uma campanha de contacto com trabalhadores entre 29 de Setembro e 21 de Novembro, que visa melhorar as suas condições de trabalho e de vida, promover a sindicalização e reforçar a estrutura sindical com a eleição de mais delegados.

Os objectivos específicos deste "Circuito Nacional" são os de contactar os trabalhadores das empresas privadas de higiene urbana e sistemas intermunicipais e multimunicipais de recolha, tratamento e valorização de resíduos; reforçar a presença e mobilização sindical; e preparar um circuito pela valorização dos trabalhadores deste sector com dirigentes e meios de transporte e propaganda.

Na primeira semana, activistas locais e dirigentes nacionais e regionais do STAL irão contactar os trabalhadores junto dos locais de trabalho nos distritos de Lisboa e Setúbal, estendendo-se depois estas acções por outras regiões do País.

Os sectores dos resíduos e higiene urbana são marcados pelos baixos salários e pela elevada precariedade, sobretudo nas empresas concessionárias e pela sucessão de empregadores, o que cria situações de grande fragilidade entre os trabalhadores, que frequentemente receiam quanto à sua situação profissional.

No caso dos resíduos, é um trabalho insalubre, penoso e arriscado, feito de dia e noite, com ritmo intenso e transporte de cargas pesadas, implicando grande esforço físico. E a exposição a condições climatéricas adversas, ao ruído e aos resíduos agrava, significativamente, os riscos para a saúde dos trabalhadores, a que acrescem os perigos inerentes de operar maquinaria pesada e de atropelamento, por exemplo, durante a noite.

É uma das profissões mais perigosas e com expectativas mais curtas de vida saudável. Porém, os trabalhadores recebem salários de miséria e são sujeitos à polivalência, precariedade, despedimentos abusivos, desrespeito pelos seus direitos, insuficiente ou ausência de reconhecimento e compensação da insalubridade, penosidade e risco, a que se somam os ataques à acção sindical e o bloqueio da contratação colectiva.

Em Janeiro, o STAL promoveu uma Tribuna Pública junto ao Centro Cultural de Belém (Lisboa) – durante o "Encontro Nacional sobre Resíduos", organizado pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses – para alertar para a difícil realidade vivida no sector e para os riscos da privatização destes serviços públicos essenciais, cujos pesados encargos serão totalmente pagos pelas populações. A poucos dias das eleições autárquicas, é importante reafirmar a defesa e a valorização dos Serviços Públicos e dos seus trabalhadores com condição para a existência de uma sociedade mais justa. ■

CARTOON DE: **JORGE FIGUEIRA**

RESUMO DA LUTA

25 SET.
Frente Comum entrega 'PRC2026' ao Governo.

20 SET.
Jornada Nacional de Luta em Lisboa e Porto, promovida pela CGTP-IN.

17 SET.
Greve nos Transportes Urbanos Municipais de Coimbra, Barreiro, Nazaré, Portalegre, Bragança e eléctricos de Sintra.

21 SET. A 21 DEZ.
Greve ao trabalho suplementar na Resinorte.

21 SET. A 21 DEZ.
Greve ao trabalho suplementar na ERSUC.

12 SET.
Greve na Praia Ambiente (Angra do Heroísmo).

22 AGO.
Plenário Geral e comemoração do 50.º aniversário do STAL no Porto.

18 AGO.
Greve na EMARP tempo indeterminado (Portimão).

14 A 17 AGO.
Greve na EMARP (Portimão).

7 AGO.
Acção de luta convocada pela União Sindicatos do Algarve.

1 AGO.
Greve na Praia Ambiente (Angra do Heroísmo).

27 JUN.
Protesto Nacional do STAL.

26 JUL. A 3 AGO.
Greve na AHBV Machico (Madeira).

20 JUN. A 20 SET.
Greve ao trabalho suplementar na ERSUC e Resinorte.

JORNAL do STAL

N.º 131 | Outubro de 2025
Publicação de informação sindical do STAL

Propriedade: STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins **Director:** Cristina Torres **Coordenação e redacção:** Carlos Fernandes e Sandro Arruda **Conselho Editorial:** António Marques, Elsa Arruda, Jorge Fael, José A. Lourenço, José Torres, Luís Corceiro, Mariana Violante, Miguel Vidigal, Vanda Figueiredo e Victor Nogueira **Secretariado de redacção:** Rodolfo Correia **Colaboradores:** Ermelinda Morgado, Jorge Figueira e Rui Aldeano **Projecto gráfico e paginação:** Carlos Jorge **Redacção e Administração:** R. D. Luís I n.º 20 F | 1249-126 Lisboa | Tel: 21 09 584 00 | Fax: 21 09 584 69 Email: jornal@stal.pt. | Site Internet: www.stal.pt **Impressão:** Lidergraf – Sustainable Printing | Rua do Galhano, 15 | 4480-089 Vila do Conde Portugal **Tiragem:** 39 000 exemplares | Distribuição gratuita aos sócios **Depósito legal:** Nº 43-080/91

PEFC PEFC/13-31-011